

# DA DISTENSÃO À ABERTURA

## AS ELEIÇÕES DE 1982

---

David Fleischer (org.)

---



Como 1974 foi a eleição que marcou o declínio da posição hegemônica da ARENA, a eleição de 1982 marcou a ascensão, ao poder, da oposição política ao regime militar (PMDB e PDT) a nível estadual com a eleição direta de dez governadores no Centro-Sul do país; Estados estes responsáveis por cerca de 70% da população, PIB e arrecadação de tributos. De quebra, o PDS perdeu a sua maioria na Câmara dos Deputados, que todos os casuísomos eleitorais dos governos militares tentaram evitar por 18 anos.

Com oito anos de perspectiva histórica, após as eleições municipais de 1988, temos um distanciamento suficiente para compreender melhor os resultados de 1982. Será que esta nova hegemonia do PMDB, finalmente alcançada a partir de 1985, terá uma duração tão curta (pouco mais de 4 anos), enquanto a da ARENA/PDS levou uns 15 para

---

**DA DISTENSÃO À ABERTURA: AS ELEIÇÕES DE 1982**



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Cristovam Buarque – Reitor

João Cláudio Todorov – Vice-reitor

EDITORA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Editorial

José Caruso Moresco Danni – Presidente

José Walter Bautista Vidal

Luiz Fernando Gouvêa Labouriau

Murilo Bastos da Cunha

Odilon Ribeiro Coutinho

Paulo Espírito Santo Saraiva

Ruy Mauro Marini

Timothy Martin Mulholland

Vladimir Carvalho

Wilson Ferreira Hargreaves

# DA DISTENSÃO À ABERTURA

## AS ELEIÇÕES DE 1982

---

David Fleischer (org.)

---

David Fleischer (org.)

Alexandre de S. C. Barros

Eva Alterman Blay

Eli Diniz

Fernando Henrique Cardoso

Gláucio Ary Dillon Soares

L. C. Bresser Pereira

Luiz Navarro de Britto (*in memoriam*)

Murilo César Ramos

Paulo Roberto da Costa Kramer

Venfcio Artur de Lima

EDITORA



UnB

1988

Este livro ou parte dele não pode  
ser reproduzido por qualquer meio sem autorização  
escrita do Editor

Impresso no Brasil

Editora Universidade de Brasília  
Campus Universitário – Asa Norte  
70910 – Brasília, Distrito Federal

Copyright © 1988 by  
Alexandre de S. C. Barros et al.  
Direitos exclusivos para esta edição:  
Editora Universidade de Brasília

Equipe Editorial

Editor:

Antonio Carlos Ayres Maranhão

Preparação de original:  
Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli

Revisão de texto:  
Fatima Rejane de Meneses  
Wilma Gonçalves Rosas Saltarelli

Supervisão gráfica:  
Antônio Batista Filho

Arte-final:  
Valperino Andrade

Capa:  
Luiz Eduardo Rezende

ISBN  
85-230-0263-4

Ficha Catalográfica  
elaborada pela Biblioteca Central da Universidade de Brasília

D614d Da Distensão à Abertura: As Eleições de 1982. /  
Alexandre Barros... [et al.]; David Fleischer, org.  
– Brasília: Editora Universidade de Brasília,  
1988.

252 p.

324(81)

Barros, Alexandre, colab.  
Fleischer, David, org.

## SUMÁRIO

SOBRE OS AUTORES .....	07
APRESENTAÇÃO .....	11
O CONTEXTO	
1 – Os Limites da “Abertura” e a Sociedade Civil .....	17
<i>Luiz Carlos Bresser Pereira</i>	
2 – Dependência e Democracia .....	37
<i>Fernando Henrique Cardoso</i>	
3 – As Desventuras da Engenharia Política: Sistema Eleitoral <i>versus</i> Sistema Partidário .....	61
<i>David Fleischer</i>	
SISTEMA PARTIDÁRIO	
4 – A Política Brasileira: Novos Partidos e Velhos Conflitos .....	91
<i>Gláucio Ary Dillon Soares</i>	
5 – O Novo Pluripartidarismo: Perfil Socioeconômico da Câmara dos Deputados (1979 <i>versus</i> 1983) .....	119
<i>David Fleischer</i>	
PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS	
6 – Empresariado e Transição Política no Brasil: Problemas e Perspectivas	159
<i>Eli Diniz</i>	
7 – A Participação das Mulheres na Redemocratização .....	185
<i>Eva Alterman Blay</i>	
8 – Os Militares e a “Abertura” no Brasil .....	207
<i>Alexandre de S. C. Barros e Paulo Roberto da Costa Kramer</i>	
9 – A Televisão no Brasil: Desinformação e Democracia .....	215
<i>Venício Artur de Lima e Murilo César Ramos</i>	
CONSEQÜÊNCIAS	
10 – As Eleições de 1982 e as suas Conseqüências .....	237
<i>Luiz Navarro de Britto</i>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	249



## SOBRE OS AUTORES

ALEXANDRE DE SOUZA COSTA BARROS – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Sociologia Política na PUC-Rio. Completou seu mestrado e doutorado em Ciência Política na University of Chicago. Foi docente na Universidade de Brasília, no IUPERJ e na ESG. Em 1986, voltou a Brasília como pesquisador associado *senior* junto ao Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

DAVID VERGE FLEISCHER – Natural de Washington, DC, fez seu curso de graduação em Ciência Política em Antioch College, e o mestrado e doutorado na University of Florida. Foi professor visitante na UFMG e na University of Florida, e Senior Research Fellow na State University of New York at Albany. Professor adjunto de Ciência Política na Universidade de Brasília desde 1972, prestou assessoria à Primeira Secretária do Senado Federal (1985-86). Entre as suas publicações, destacam-se: *Brazil in Transition* (1983); *The Latin-American Military Institution* (1985); *Recrutamento Político em Minas Gerais* (1971); *The Political and Economic Future of Brazil* (1987); e *Partidos Políticos no Brasil* (1981).

ELI DINIZ – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na UFRJ, o mestrado no IUPERJ (1971) e o doutorado na USP (1978). Atualmente é professora adjunta no IUPERJ, e já foi docente na PUC-RJ e no Conjunto Cândido Mendes. Suas publicações incluem: *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil, 1930/1945* (1978); *Voto e Máquina Política* (1982); e *Políticas Públicas para Áreas Urbanas* (1982).

EVA ALTERMAN BLAY – Natural de São Paulo, fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na USP, onde é livre-docente. É presidente do Conselho Estadual do Conselho da Condição Feminina, e em 1986 foi candidata ao Senado pelo PMDB em São Paulo. Já publicou vários trabalhos, inclusive: *Trabalho Domésticado, a Mulher na Indústria Paulista* (1978); *As Prefeitas* (1979); *A Luta pelo Espaço* (1979); *Mulher, Escola e Profissão* (1981); e *Vilas Operárias* (1985).

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO – Natural do Rio de Janeiro, fez seus cursos de graduação e livre-docência na USP, onde foi professor de Sociologia até 1968. Fundador do Cebrap, foi professor visitante no Chile, França, Inglaterra e Estados Unidos. Foi presidente da Associação Internacional de Sociologia (1982-86). Em 1983 foi efetivado como senador (PMDB-SP), e reeleito em 1986. No Congresso foi líder do governo e líder do PMDB no Senado. Suas publicações de maior relevo: *Capitalismo e Escravidão; Empresário Industrial e Desenvolvimento*

*Econômico no Brasil; Mudanças Sociais na América Latina; Dependência e Desenvolvimento na América Latina; Política e Desenvolvimento nas Sociedades Dependentes; Autoritarismo e Democratização; Modelo Político Brasileiro; e As Idéias no seu Lugar.*

GLÁUCIO ARY DILLON SOARES – Natural do Rio de Janeiro, fez seu curso de graduação em Direito na PUC-Rio, e seu doutorado em Sociologia na Washington University em St. Louis. Foi docente na Flasco-Chile, Universidade de Brasília, ESSEX, UCLA E IUPERJ. Desde 1974 é professor titular na University of Florida. Suas numerosas publicações incluem: *Sociedade e Política no Brasil* (1973); *A Questão Agrária na América Latina* (1982); e *Colégio Eleitoral, Convenções Partidárias e Eleições Diretas* (1984).

LUIZ CARLOS BRESSER PEREIRA – Natural de São Paulo, fez seu mestrado em Administração na Michigan State University, e doutorado em Economia na USP. É professor titular de Economia na Fundação Getúlio Vargas (SP), e colaborador permanente da *Folha de S. Paulo*. Foi presidente do Banespa (1983-85); e secretário de governo (1985-87) e de Ciência e Tecnologia (1987) do Estado de São Paulo. Em 1987, assumiu o Ministério da Fazenda. Suas publicações mais importantes incluem: *As Revoluções Utópicas* (1969); *Desenvolvimento e Crise no Brasil* (1968, 2ª Edição, 1984); *Estado e Subdesenvolvimento Industrializado* (1977); *O Colapso de uma Aliança de Classes* (1978); e *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia* (1981).

LUIZ NAVARRO DE BRITTO – Natural de São Félix, Bahia, fez seu curso de graduação em Direito na UFBA (1957), e o doutorado em Direito Constitucional e Ciência Política na Universidade de Paris (1961). Foi docente na UFBA, membro do CFE, chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, secretário da Educação e Cultura no Estado da Bahia, e diretor técnico da OEA em Washington. Faleceu neste último posto em 1987. Entre as suas publicações destacam-se: *O Parlamento no Mundo Moderno* (1982); *Teleducação: O Uso de Satélites* (1981); *Educação e Política* (1975); *O Veto Legislativo* (1966); e *Politique et Espace Régional* (1973).

MURILO CÉSAR RAMOS – Natural de Lages, Santa Catarina, fez seu curso de graduação em Jornalismo na UFPr (1972), e seu mestrado (1979) e doutorado (1981) na University of Missouri, Columbia (1981). Foi jornalista em Curitiba até a sua transferência para Brasília em 1974 onde atuou como assessor de imprensa. Professor adjunto no Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília desde 1978, é pesquisador do CEC (Centro de Estudos de Comunicação e Cultura). Suas publicações incluem: "Foreign Controls on U.S. Media" (1980); "Em Busca de uma Identidade" (1983); e artigos sobre poder e imprensa na *Folha de S. Paulo* (1983-84).

PAULO ROBERTO DA COSTA KRAMER – Fez seu curso de graduação em Ciências Sociais na PUC-Rio, e seu mestrado no IUPERJ. Foi pesquisador visitante no IRI-Rio, e docente na UFF e na Coppead-UFRJ. Em 1987, transferiu-se para Brasília onde é professor visitante no Departamento de Ciência Política e Relações Internacionais e assessor parlamentar na Seplan.

VENÍCIO ARTUR DE LIMA – Natural de Sabará, Minas Gerais, fez seu curso de graduação em Sociologia na UFMG, e seu mestrado e doutorado em Comunicação no Institute of Communications Research da University of Illinois (Urbana). É professor adjunto no Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília, e vice-presidente do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CEC). Autor de vários artigos publicados em revistas especializadas, e do livro *Comunicação e Cultura: As Idéias de Paulo Freire* (1981).



**SISTEMA PARTIDÁRIO**



## Capítulo 5

### O NOVO PLURIPARTIDARISMO: PERFIL SOCIOECONÔMICO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS (1979 *VERSUS* 1983)\*

*David Fleischer*

O objetivo deste trabalho é analisar o curto período na história político-partidária brasileira entre 1979 e 1984, quando o sistema bipartidário foi extinto e ensaiou-se um retorno a um pluripartidarismo moderado como um dos elementos da "abertura política" empreendida pelo novo governo Figueiredo, que, na sua evolução, praticamente retornou ao ponto inicial com dois partidos fortes na maioria dos Estados em 1982. Após historiar as origens da abertura política, avaliaremos o novo quadro partidário no período inicial, entre 1980 e 1982: em termos dos seus antecedentes no bipartidarismo anterior, bem como no pluripartidarismo pré-1966; uma comparação das novas bancadas com as da ex-Arena e ex-MDB; e uma análise do desempenho deste sistema partidário na prática.

Na segunda parte analisamos os desdobramentos do sistema partidário após as eleições de novembro de 1982, ao longo dos anos finais do governo Figueiredo (1983/1984); a nova maioria oposicionista na Câmara dos Deputados; o "novo federalismo" com a eleição direta de 10 governadores da oposição; e a gradual desintegração do partido do governo (PDS) frente ao processo sucessório.

#### 1 – As origens da "abertura política"

Apesar de os primeiros três presidentes militares terem prometido reestabelecer um regime democrático no país, cada um por sua vez aprofundou mais a natureza autoritária do sistema, mas o quarto presidente, general Ernesto Geisel, tomou posse em circunstâncias diferentes. Embora mantivesse um firme controle político, sua equipe percebeu que a legitimidade do regime começava a cair e talvez, conseqüentemente, a sua estabilidade e continuidade. Numa tentativa de conseguir uma rápida compensação na área política, ensaiou uma estratégia de "distensão política"<sup>1</sup>.

Durante a primeira fase do novo bipartidarismo (1966-1974), o sistema partidário poderia ser classificado como sendo "hegemônico" na classificação de Sartori<sup>2</sup>,

---

\* Versões preliminares deste trabalho foram apresentadas nos Encontros Anuais da Anpocs em 1982 e 1983, e XII Reunião da Latin-American Studies Association (Lasa) no México em setembro de 1983. O autor agradece as sugestões e críticas recebidas de colegas nestes encontros.

sendo que a Arena detinha amplas maiorias na Câmara Baixa de 64% em 1966, 67% em 1967 e 72% em 1971 sem nenhuma perspectiva de alternância no poder. As eleições de 1970 foram desestimulantes às novas “vocações políticas”<sup>3</sup>, e em 1971-72 se falava na “mexicanização” do sistema partidário e a possível “autodissolução” do MDB.

Neste contexto de 1974, o novo governo Geisel decidiu promover um processo eleitoral liberalizado em termos de recrutamento de candidatos, liberdade na campanha e mobilização política através de cadeias estaduais de TV e rádio. Esta estratégia admitia prováveis ganhos relativos ao MDB, mas que este não ultrapassasse sua posição de 1967. Por várias razões a situação da Arena não era igual a de 1970<sup>4</sup>, e o governo foi surpreendido com a força eleitoral da oposição que elegeu 16 dos 22 senadores com 60% do eleitorado nacional; e 160 das 364 cadeiras na Câmara (44%) com 48% dos votos válidos. De quebra, o MDB ainda elegeu maiorias em seis assembleias estaduais<sup>5</sup>. Embora pressionado para “fechar” o sistema político, o novo governo resistiu e garantiu a posse dos eleitos, como no caso de Castelo Branco em 1965/66.

Para tentar manter um certo equilíbrio entre as forças a favor de um “fechamento” e as correntes da liberalização, o governo seguiu uma política “de pêndulo” com guinadas alternadas, ora aplicando golpes nos “duros”, ora nos “liberais”. Em 1975, logo após a euforia do primeiro semestre, seguiu-se uma repressão de elementos do clandestino PCB e outras organizações de esquerda. Com as mortes de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho nos porões da CODI do Segundo Exército em São Paulo, seguiu-se um rigoroso desmantelamento dos “duros”. Mal recuperado da eleição “plebiscitária” de 1974, o governo teve que enfrentar as eleições municipais de 1976, nas quais se impôs a “Lei Falcão” que restringia o acesso dos candidatos à TV e ao rádio<sup>6</sup>. Embora os resultados destas eleições tenham sido inconclusivos, em geral o MDB confirmou seu controle nas regiões mais desenvolvidas e urbanizadas, especialmente nas capitais e cidades maiores do interior<sup>7</sup>.

No primeiro semestre de 1977 já era patente que o governo tinha que fazer algo para impedir uma outra “vitória” oposicionista no pleito de 1978 (talvez maior do que a de 1974). Em 1978, 44 cadeiras do Senado estariam em jogo, e se o MDB repetisse o resultado de 1974 elegeria 32 senadores e acumularia uma maioria de 48 *versus* 18, ou seja, uma maioria de 73% podendo vetar qualquer iniciativa governista. Estas projeções sinistras também previam uma maioria emedebista na Câmara, embora simples e não de dois terços. Por outro lado, se a legislação vigente continuasse em vigor, o MDB elegeria cinco governadores estaduais por via indireta (Assembleia Legislativa), especialmente nos Estados críticos de São Paulo, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Sendo que qualquer mudança no sistema eleitoral requeria um *quorum* de dois terços para mudanças constitucionais e tendo o MDB uma minoria maior de um terço do Congresso Nacional, as “engenharias políticas” do “Pacote de Abril” tiveram que ser impostas por via autoritária dos poderes do AI-5. Na eleição para a Câmara dos Deputados o efeito líquido do “Pacote” deu uma vantagem de apenas quatro cadeiras para a Arena, mas no caso do Senado assegurou uma maioria para o governo, que sem o “Pacote” teria sido do MDB<sup>8</sup>. Pela alteração dos Colégios Eleitorais esta-

duais a Arena conseguiu eleger governadores em todos os Estados, menos no novo Estado do Rio de Janeiro.

Uma avaliação dos resultados do pleito de 1978 em termos de perfis dos eleitores ao Congresso Nacional encontra-se no Quadro 5.1. Embora haja algumas diferenças entre as duas Casas, em geral a Arena aparece como o partido das “classes produtoras”, enquanto os representantes do MDB são mais profissionais liberais. Como seria de se esperar, os parlamentares arenistas tiveram mais experiência política e maior grau de localismo, enquanto seus colegas emedebistas tiveram maiores níveis de educação e idades mais jovens, em média. Apesar de ter sofrido uma “renovação” maior, a Arena exibe maior experiência parlamentar prévia<sup>9</sup>.

Neste ponto, terminam os cinco anos do governo Geisel, e o processo de “distensão lenta, gradual e segura”, que às vezes foi obrigado a tomar dois passos para frente e um para trás, mas até o início de 1979 havia efetivamente eliminado a censura prévia da imprensa escrita, a tortura e os poderes excepcionais do AI-5, diminuindo a influência do alto comando no processo decisório político, manteve o controle e iniciativa política, e conduziu a seleção e eleição do seu sucessor, general João Baptista Figueiredo<sup>10</sup>.

## **2 – A “Reforma” partidária: 1979-1982**

A reorganização do sistema partidário que procedeu neste período tem que ser analisada no contexto da “abertura política” empreendida em quatro fases distintas de março de 1979 a janeiro de 1980; até a demissão do “grã-mestre”, general Golbery, em agosto de 1981; até a reintegração do PP com o PMDB em fevereiro de 1982; e o período posterior. Cada fase teve seus “gerentes” ou estrategistas próprios, e cenários futuros que objetivaram o que agora abordaremos.

### **2.1 – A primeira fase – 1979**

Com uma série de medidas rápidas, o novo governo Figueiredo, articulado pelo seu ministro da Justiça, senador Petrônio Portela, e seu chefe da Casa Civil, general Golbery do Couto e Silva, tomou a iniciativa política das mãos da oposição na tentativa de implodi-la: uma anistia geral; a extinção do bipartidarismo, permitindo a criação de novos partidos; a eleição direta de governadores para 1982; o programa de desburocratização e desestatização; uma certa complacência em relação à onda de greves que varreu o país; e tentativas de melhorar a política salarial<sup>11</sup>.

Para o governo, as últimas eleições (1974, 1976 e 1978) foram como plebiscitos, tipo “sim ou não”, onde toda espécie de descontentamento político e socioeconômico contra o governo era canalizada em votos para o único partido de oposição, o MDB. Para resolver este impasse, o governo objetivava o retorno a um pluripartidarismo moderado com três ou talvez quatro partidos de oposição, para ao mesmo tempo dividir a oposição em várias correntes, e também ampliar o espaço de manobra do governo para articular combinações com algumas destas.

**QUADRO 5.1 – Perfil de Recrutamento, Arena e MDB, Senado Federal e Câmara dos Deputados, 1979**

Variáveis de Recrutamento	Senado Federal			Câmara dos Deputados		
	Arena	MDB	Total	Arena	MDB	Total
<b>OCUPAÇÃO PRINCIPAL</b>						
Agricultura	14,3	12,0	13,4	14,7	3,2	9,5
Comércio-Bancos-Finanças	19,0	8,0	14,9	11,7	13,2	12,4
Indústria-Transporte	2,4	4,0	3,0	6,1	3,7	5,0
Advogado-Juiz	7,1	12,0	9,0	12,6	23,3	17,4
Profissionais da Saúde	11,9	16,0	13,4	9,5	10,1	9,8
Ensino	7,1	16,0	10,4	9,5	16,9	12,9
Imprensa	11,9	12,0	11,9	4,8	10,6	7,4
Outras Profissões	7,1	8,0	7,5	14,3	7,4	11,2
Funcionários Públicos	11,9	8,0	10,4	12,1	9,0	10,7
Militares	7,1	4,0	6,0	4,8	2,6	3,8
TOTAL %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (N)	(42)	(25)	(67)	(231)	(189)	(420)
<b>CARGOS ADMINISTRATIVOS</b>						
Federal	61,9	68,0	64,2	51,1	36,5	44,5
Estadual	31,0	24,0	28,4	7,8	6,9	1,4
Municipal	50,0	44,0	47,8	45,0	23,8	35,5
	4,8	16,0	9,0	11,3	10,6	11,0
<b>CARGOS ELETIVOS</b>						
Federal	95,2	84,0	91,0	62,8	57,1	60,2
Estadual	71,4	48,0	62,7	0,4	0,0	0,2
Municipal	69,0	56,0	64,2	48,5	41,3	45,2
	38,1	56,0	44,6	36,4	36,0	36,2
% Nascidos no Estado Representado	83,3	72,0	79,1	92,6	84,1	88,8
% com Educação Universitária	88,1	92,0	89,6	83,5	88,9	85,9
% com Educação no Estado Representado	43,2	50,0	45,8	61,1	71,3	65,9
Carreira Prévia (Anos)	22,16	20,82	21,66	10,27	7,97	9,24
Nº de Cargos Prévios	4,26	3,88	4,12	2,19	1,55	1,90
Idade 1º Cargo Político	30,36	29,02	29,86	33,21	33,24	33,22
Idade Atual (01.02.79)	57,28	53,61	55,91	48,90	45,77	47,49
% Retorno de Veteranos	50,0	68,0	56,7	56,7	54,0	55,5
Antiguidade (Anos)	4,19	3,92	4,10	5,48	4,52	5,05

Uma pesquisa realizada entre parlamentares em março de 1979 mostrou que 92% do MDB e 85% da Arena eram a favor de um retorno ao pluripartidarismo<sup>12</sup>. Na verdade, o sistema partidário está “maduro” para uma “implosão” deste tipo. Ainda em

1979, ambos os partidos sofriam clivagens do pluripartidarismo anterior a 1965. Por outro lado, no MDB existiam pelo menos três correntes ideológicas (moderados, neo-autênticos e autênticos), e nos dois partidos havia ambições políticas irreconciliáveis a nível estadual para as eleições de senador e governador em 1982<sup>13</sup>.

O cenário político preconizado pelo então ministro Petrônio Portela estava baseado na formação de um forte partido de centro (ainda menor do que o novo partido do governo) unindo dissidentes da ex-Arena e moderados do ex-MDB. A nível federal, este partido seguiria uma linha "auxiliar" ao governo, quando necessário, mas a nível estadual seria um forte concorrente oposicionista nas eleições de 1982. Assim, um partido deste tipo se tornaria uma viável e confiável opção para o governo em 1983 (e o Colégio Eleitoral presidencial em 1984/85), caso seu próprio partido perdesse muito terreno eleitoral no próximo pleito, tornando-se necessária uma coligação governista no Congresso Nacional. Além deste partido de centro, eram previstos partidos sucessores ao MDB e Arena, um novo PTB e um partido obreiro com base num sindicalismo mais independente. Como este cenário previa uma situação de maioria simples para o novo partido governista (menos de 50%) na Câmara em 1980, Portela teve muitas dificuldades em convencer o governo da viabilidade de operar num ambiente de barganha e negociação política que seria inerente num sistema partidário deste tipo<sup>14</sup>.

## **2.2 – A segunda fase – janeiro de 1980 a agosto de 1981**

A primeira fase da "abertura" nem chegou a ver o realinhamento partidário concretizado, por causa da morte súbita do ministro Portela. O general Golbery e o grupo palaciano aproveitaram esta circunstância para nomear um elemento do ex-PSD mineiro para ocupar a pasta da Justiça, que já estava no novo partido centrista (Partido Popular). Esta manobra garantiu uma pequena maioria para o novo partido governista (PDS) na Câmara, como já vimos no Quadro 3.4, porque reduziu o número de adesões ao PP.

Neste realinhamento inicial dos partidos, o ex-MDB perdeu mais da metade dos seus deputados eleitos em 1978 (70 para os novos partidos de oposição e 24 para o PDS). Como era previsto, organizou-se um novo partido trabalhista (PTB), e ainda o Partido dos Trabalhadores (PT), organizado por líderes sindicalistas em São Paulo (Quadro 2).

Ao longo de 1980, houve mais fragmentação das correntes oposicionistas com a cisão brizolista no PTB e a criação do PDT em maio. Porém, ao começar a sessão legislativa em março de 1981, notava-se uma clara tendência de erosão da posição majoritária do PDS e um fortalecimento do PMDB. O processo legislativo ficou praticamente estagnado, porque o governo não dispunha de maiorias confiáveis, e várias medidas importantes (como o adiamento das eleições municipais de 1980) tiveram que ser aprovadas por decurso de prazo.

Ao contrário de 1979, o governo reprimiu severamente as greves de 1980, e vários dirigentes do PT foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional<sup>15</sup>. Durante 1980 e o primeiro semestre de 1981, a situação econômica do Brasil deteriorou-se

sensivelmente. A fase do "milagre" terminou com o "primeiro choque" dos preços do petróleo em 1973/74, ocasionando uma crise de legitimidade e a estratégia de "dissensão" no governo Geisel. Agora, o "segundo choque" das taxas de juros altos no mercado financeiro internacional pressionava a economia brasileira e sua frágil "abertura"<sup>16</sup>.

Ao mesmo tempo, as relações com a Igreja esfriaram muito com a nova Lei dos Estrangeiros e a prisão e expulsão de vários religiosos que trabalhavam com camponeses e posseiros desamparados<sup>17</sup>.

Talvez a maior ameaça à abertura neste período tenha se originado nas "áreas de segurança" da linha dura inconformadas com o rumo dos acontecimentos e de um certo "revanchismo" dos elementos por elas reprimidos nas épocas mais duras do regime pós-1964. Em meados de 1980, começou uma onda de terrorismo de direita com atentados a bomba e seqüestros, que culminou com a explosão de uma bomba no Riocentro na véspera do feriado de 1<sup>o</sup> de maio de 1981. Desta vez, entretanto, a bomba explodiu dentro do carro de dois oficiais militares da ativa lotados no CODI do I Exército no Rio, matando um e ferindo gravemente o outro. Para muitas pessoas, este fato confirmou as suspeitas quanto às origens das bombas e atentados ao longo dos últimos 12 meses. Gerou-se uma forte crise no governo, com o general Golbery buscando uma solução enérgica igual à da crise no II Exército em São Paulo, por ocasião das mortes de Herzog e Fiel Filho em 1975/76. No caso do Riocentro, porém, o Exército cerrou fileiras em apoio aos colegas ameaçados, e o governo teve que contentar-se com um acordo no qual o incidente seria "absorvido" em troca de uma cessação total de atentados<sup>18</sup>.

### **2.3 – A terceira fase – agosto de 1981 a fevereiro de 1982**

O episódio do Riocentro conseguiu uma união momentânea dos seis partidos em apoio ao presidente Figueiredo, em julho, e uma condenação violenta contra estes atentados. Apesar disto, em 6 de agosto, o estrategista-mestre da "abertura", general Golbery, pediu demissão do seu cargo de ministro chefe da Casa Civil da Presidência da República. Com isto, a "abertura política" começou a mudar de rumo.

O general Golbery viu seu espaço de manobra e eficácia bastante reduzido ao longo de uma série de batalhas perdidas, começando com o Riocentro, suas idéias de uma reforma eleitoral "suave", a promoção de generais não muito simpáticos à abertura, e um veto à sua estratégia eleitoral "populista" para 1982 por parte do ministro do Planejamento, Delfim Neto. Esta estratégia previa uma combinação política similar à antiga aliança PSD/PTB com o PDS e PP nas áreas rurais, e um apoio discreto a candidatos "aceitáveis" do PP, PDT e PTB nas áreas urbanas para diluir a força do PMDB e PT, valendo-se destas opções para formar coligações em vários Estados. Este plano ainda necessitava de uma política econômica "populista" de aumentos salariais, obras públicas em áreas-chave, um adiamento do aumento da contribuição à Previdência Social e um relaxamento na política de recessão. O governo decidiu que o combate à inflação e o equilíbrio no balanço de pagamentos eram mais prioritários, e Delfim venceu.

A nomeação do novo chefe da Casa Civil, ministro Leitão de Abreu, que havia ocupado o mesmo cargo durante o governo Médici, para muitos era um sinal de ascensão deste grupo e de uma orientação mais “dura”. Porém, a primeira iniciativa desta nova gestão foi justamente um “suave” pacote de mudanças na legislação eleitoral apresentado em setembro, que foi aprovado, menos o item referente à sublegenda para candidatos a governador que foi derrotado com a adesão de 10 deputados do PDS ao bloco oposicionista.

Um mês após a demissão do general Golbery, o presidente Figueiredo sofreu um distúrbio cardíaco, sendo obrigado por seus médicos a ficar dois meses afastado do cargo. Após umas horas de indecisão, o grupo palaciano resolveu seguir a opção constitucional (apontada pelo ministro Leitão como a única viável), e o vice-presidente Aureliano Chaves foi convocado para assumir a Presidência interinamente, desta maneira resguardando o cargo para o presidente, que o reassumiu em novembro<sup>19</sup>.

Confirmada a falta de uma maioria confiável no Congresso, e diante de pesquisas de opinião eleitoral onde a posição do PDS piorava de mês a mês na maioria dos Estados, o governo contra-atacou apresentando um forte “Pacote” eleitoral em novembro. No mês seguinte, convocou vários deputados titulares, assim desalojando seus suplentes menos confiáveis (do PP e PDS), e com isto conseguiu aprovar várias medidas, menos o chamado “Pacote de Novembro”, que foi aprovado por decurso de prazo em 9 de janeiro de 1982.

As novas medidas deste “Pacote” (vinculação total do voto com chapas completas e a proibição de coligações) teriam sido altamente prejudiciais ao PP, que em represália optou pela reincorporação ao PMDB numa convenção nacional do partido em 20 de dezembro, e confirmadas numa convenção conjunta em fevereiro de 1982. O governo ainda conseguiu que os pequenos partidos (PDT, PTB e PT) não aderissem a essa “fusão” com a promessa de suavizar as cifras mínimas para a sobrevivência destes nas eleições de novembro.

À primeira vista, esta tática do governo parecia ir contra a estratégia de fracionar a oposição, e de fato o PDS ameaçou esta fusão na justiça eleitoral. Mas a esperança do governo era de que uns 30% a 40% dos deputados do PP jamais fossem para o PMDB por questões políticas e ideológicas, e que estes engrossassem as fileiras do PDS, assim reforçando a sua posição na Câmara Federal. Mas, como se vê no Quadro 3.4, até agosto de 1982 a bancada governista havia aumentado em apenas 10 deputados, igual ao crescimento do PTB.

#### **2.4 – A quarta fase – após a fusão do PP–PMDB (1982)**

Esta quarta fase iniciou-se com a concretização da fusão em fevereiro de 1982, e prosseguiria até o final deste ano, quando, talvez, se iniciaria uma “quinta fase” após as eleições, na qual se daria um novo remanejamento partidário em 1983/1984 entre os recém-eleitos, mais ou menos nos moldes de 1979/1980.

Embora a fusão permitisse a soma de forças das duas maiores correntes oposicionistas na maioria dos Estados, criaram-se problemas para a composição de chapas em alguns Estados, problemas esses que também afetaram o PDS. Com as ex-

ceções do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul, as eleições foram novamente reduzidas à situação “plebiscitária” anterior.

Para reforçar mais ainda a sua posição, em maio o governo apresentou um novo “Pacote” cujo sentido era garantir a sua continuidade em face das possíveis vitórias oposicionistas e eventuais maiorias no Congresso Nacional. No dia 24 de junho, o PDS conseguiu mobilizar 222 deputados e 34 senadores suficientes para aprovar as seguintes mudanças constitucionais: aumentar o *quorum* constitucional de uma maioria simples para uma de dois terços; aumentar o número de membros da Câmara Federal de 420 para 479; defasar novamente as próximas eleições municipais até 1988; adiar os requisitos mínimos para a sobrevivência dos pequenos partidos até 1986; melhorar ligeiramente as prerrogativas parlamentares; e adotar um sistema eleitoral “misto” para 1986<sup>20</sup>.

Com relação ao processo de sucessão presidencial, esta eleição indireta foi adiada de outubro de 1984 para janeiro de 1985, e a composição do Colégio Eleitoral passou a ser de 548 membros do Congresso Nacional e de 138 delegados dos 23 Estados (seis escolhidos pelo partido majoritário na Assembléia Legislativa em cada Estado).

O governo adotou uma estratégia pré-eleitoral parcialmente “populista”, lembrando as idéias do grã-mestre Golbery em 1981, e as pesquisas de opinião de agosto e setembro mostravam um certo crescimento dos candidatos do PDS em Estados antes tidos como “seguros” para o novo PMDB, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás, Pernambuco e Ceará. Por outro lado, o desprezo do governo ao modelo da cédula eleitoral proposto pela Justiça Eleitoral e a imposição de um modelo mais exigente para o eleitor, sem poder se valer do voto partidário, previam uma sensível redução na força oposicionista em muitos Estados em relação à posição conquistada nos pleitos de 1974 e 1978.

### **3 – Os novos partidos: organização e perfis**

Nesta análise, faremos um breve histórico da reorganização partidária a partir do *recesso parlamentar de 1979/80*, e *descreveremos os perfis destas seis agremiações em termos das suas bancadas parlamentares.*

#### **3.1 – Partido Popular (PP)**

Desde o momento em que perdeu a indicação presidencial na convenção nacional da Arena em abril de 1978, o deputado (então senador) Magalhães Pinto começou articulações para a formação de um novo partido de centro, tipo “fiel da balança”, entre os dois pólos de governo e oposição, que seria baseado em dissidentes da ex-Arena e moderados do ex-MDB.

Em muitos Estados havia pelo menos duas facções coabitando dentro da Arena (que até então mal se acomodavam através do artifício da sublegenda), situação essa que se tornou muito conflitiva durante o processo de seleção dos candidatos a senador em 1978 e da reorganização partidária em 1979/80. Com a perspectiva de uma abertura para o pluripartidarismo, surgiu uma tendência destes dissidentes da Arena

(especialmente os preteridos nas sucessões estaduais de 1978) a juntar forças na formação de um partido “independente e de linha auxiliar” com a maioria da facção “moderada” do MDB, liderado pelo senador Tancredo Neves e pelo deputado Tales Ramalho.

Inicialmente, se pensava que o PP chegasse a 90 e tantos deputados baseando-se na filiação dos dissidentes da ex-Arena à procura de uma legenda própria para as eleições de 1982. Estas dissidências giravam em torno das correntes dos antigos partidos do período pré-1966, principalmente a ex-UDN e o ex-PSD.

O Estado exemplar neste sentido foi o de Minas Gerais, onde entre seus 28 deputados federais da ex-Arena havia uma certa tradição de lutas faccionais agudas entre as correntes da ex-UDN e ex-PSD. Alienados pelo fato de os últimos três governadores terem sido escolhidos das fileiras da ex-UDN, e ansiosos por reafirmar a sua supremacia pelas urnas, parecia muito provável que o líder do ex-PSD, Tancredo Neves, conseguiria que a maioria dos 15 deputados do ex-PSD dentro da Arena ingressassem no PP. Além de deixar o partido governista de Francelino Pereira em minoria na Assembléia Legislativa, teria contribuído para deixar o novo partido governista com menos de uma maioria absoluta na Câmara Federal.

Porém, a morte inesperada do ministro da Justiça, no início de janeiro de 1980, abriu uma oportunidade singular para o grupo palaciano escolher o deputado Ibrahim Abi-Ackel do ex-PSD mineiro, já comprometido com o PP para esta pasta de coordenação política, assim selando um entendimento com os líderes do ex-PSD.

Resultou disso que apenas um deputado do ex-PSD/Arena mineiro aderiu ao PP, e assim o governo pôde manter maiorias absolutas na Câmara Federal e na Assembléia mineira. E de quebra, aparentemente ainda enfraqueceu as ambições presidenciais do vice-presidente Aureliano Chaves em 1985. Porém, em 1982, a estratégia frustrada de Chaves previa justamente a escolha de um ex-pessedista como candidato ao governo mineiro pelo PDS.

Quatro deputados da ex-UDN/Arena mineira ainda seguiram o deputado Magalhães Pinto para o novo PP e mais 12 do ex-MDB mineiro. Em razão deste “caso mineiro”, o PP somente conseguiu atrair mais 20 dissidentes da ex-Arena e 31 ex-emedebistas de outros Estados – totalizando 68 deputados e 7 senadores em março de 1980.

O Partido Popular apresentou uma certa concentração regional: Minas Gerais (17) e Rio de Janeiro (21). O PP fluminense tinha como base a eficiente máquina política do governador Chagas Freitas, o único governador eleito pelo ex-MDB em 1978, e seu herdeiro político deputado Miro Teixeira, que ocupava a secretaria-geral do PP<sup>21</sup>. Além desta concentração de 56% dos seus deputados federais em dois Estados, o resto da força do PP vinha do Paraná (4), Mato Grosso, Santa Catarina e Pará (3 cada), e Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Bahia e São Paulo (2 cada).

O PP também conseguiu recrutar vários líderes da ex-Arena que, embora tivessem ocupado cargos importantes no passado, haviam se tornado alienados das lideranças governistas atuais nos seus respectivos Estados: ex-prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal; ex-ministro da Agricultura, Cirne Lima (RS); e os ex-governadores

Sinval Guazelli (RS), Roberto Santos (BA), Alberto Silva (PI), José Fragelli (MT) e Jaime Canet (PR).

Como mostra o Quadro 5.2, em 1981 o recrutamento pepista entre políticos com afinidades com os ex-partidos (pré-1966) havia se concentrado mais na ex-UDN (16), ex-PSD (14) e ex-PSP (7).

Ainda em 1981, na segunda parte do Quadro 3.4, observamos que os contingentes da ex-Arena dentro do PP mantiveram-se firmes em 1981, mas uma ligeira erosão foi notada entre os do ex-MDB. Em compensação, uma rivalidade estadual

**QUADRO 5.2 – Afinidades com os Ex-Partidos (pré-1966) por Filiação Partidária em 1981; Deputados Federais e Senadores**

Afinidades com os Ex-Partidos Pré-1966	Filiação Partidária em 1º de abril de 1981							TOTAL
	PDS	PMDB	PP	PDT	PTB	PT	Sem Filiação	
<b>DEPUTADOS</b>								
PTB	15	15	2	8	2	0	0	42
PSD	41	23	14	1	0	1	1	81
UDN	47	6	16	0	0	0	0	69
PSP	6	1	7	0	1	0	0	15
PDC	15	4	1	0	0	0	0	20
PTN	2	1	1	0	0	0	0	4
PST	2	0	0	0	0	0	1	3
PR	10	1	2	0	0	0	0	13
PRP	4	0	0	0	0	0	0	4
PSB	1	1	1	1	0	1	0	5
PRT	1	1	0	0	1	0	1	4
Não-Apurados	68	60	22	0	1	4	5	160
<b>TOTAL C.D.</b>	<b>212</b>	<b>113</b>	<b>66</b>	<b>10</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>420</b>
<b>SENADORES</b>								
PTB	3	4	0				0	7
PSD	15	4	5				1	25
UDN	15	2	2				0	19
PDC	1	2	1				0	4
PST	0	1	0				0	1
PL	1	1	0				0	2
PSB	0	1	0				0	1
Não-Apurados	1	5	2				0	8
<b>TOTAL S.F.</b>	<b>36</b>	<b>20</b>	<b>10</b>				<b>1</b>	<b>68</b>

proporcionou ao PP uma nova infusão, quando o presidente Figueiredo demitiu o recém-nomeado governador do novo Estado de Mato Grosso do Sul, deputado Marcelo Miranda, em outubro de 1980. O ex-governador (eleito pelo ex-PSD por via direta em 1965) e atual senador Pedro Pedrossian foi nomeado logo em seguida. Isto alienou seus inimigos políticos locais, e três senadores e dois deputados deixaram o novo partido governista (PDS) para ingressar no PP. Assim, em 1981, o PP contava com 66 deputados e 10 senadores.

Na imprensa, o PP ganhou o apelido de “o partido dos banqueiros”, e realmente encontramos nos Quadros 5.3 e 5.4 o maior setor – comércio, banco e finanças – representado nas suas bancadas na Câmara e Senado; porém os profissionais liberais e funcionários públicos também foram numerosos. A experiência política dos pepistas em posições administrativas, especialmente a níveis federal e estadual, é maior do que todos os outros partidos, enquanto a sua experiência em cargos eletivos é menor.

### QUADRO 5.3 – Perfil de Recrutamento por Partido, Câmara dos Deputados, 1981

Variáveis de Recrutamento	Filiação Partidária – 1981							TOTAL
	PDS	PMDB	PP	PDT	PTB	PT	Sem Filiação	
<b>OCUPAÇÃO PRINCIPAL</b>								
Agricultura	16,5	3,6	6,0	10,0	0,0	0,0	0,0	10,5
Comércio-Bancos-Finanças	12,3	13,3	16,7	0,0	0,0	0,0	12,5	12,6
Indústria-Transporte	6,6	4,4	1,5	0,0	0,0	16,7	12,5	5,2
Advogado-Juiz	9,9	27,4	12,1	40,0	20,0	33,3	12,5	16,2
Profissionais da Saúde	8,9	6,2	15,2	0,0	0,0	0,0	12,5	8,8
Ensino	12,3	15,9	15,2	0,0	20,0	16,7	12,5	13,6
Imprensa	4,2	10,6	9,1	20,0	0,0	0,0	12,5	7,1
Outras Profissões	12,3	9,7	7,6	0,0	20,0	33,3	0,0	10,5
Funcionários Públicos	12,3	7,1	13,6	30,3	40,0	0,0	0,0	11,4
Militares	4,7	1,8	3,0	0,0	0,0	0,0	25,0	4,1
TOTAL %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (N)	(212)	(113)	(66)	(10)	(5)	(6)	(8)	(420)
<b>CARGOS ADMINISTRATIVOS</b>								
Federal	44,3	38,9	53,7	20,0	40,0	16,7	62,5	43,8
Estadual	7,5	5,3	14,9	20,0	0,0	0,0	12,5	8,3
Municipal	38,2	25,7	40,3	0,0	40,0	16,7	62,5	34,5
	8,5	14,2	10,5	0,0	20,0	0,0	37,5	10,2
<b>CARGOS ELETIVOS</b>								
Estadual	59,4	58,4	55,8	50,0	60,0	16,7	50,0	57,4
Municipal	44,8	45,1	40,3	20,0	40,0	0,0	50,0	42,9
	35,4	38,1	31,3	30,0	20,0	16,7	37,5	34,8
% Nascidos no Estado								
Representado	89,6	90,3	83,4	80,0	100,0	100,0	87,5	88,8
% com Educação Universitária	78,7	88,5	95,5	90,0	100,0	83,3	75,0	84,5
% com Educação no Estado								
Representado	59,4	77,9	60,6	88,9	50,0	60,0	66,7	65,7
Carreira Prévia (Anos)	9,76	8,06	10,20	6,91	11,76	3,60	6,50	9,19
Nº de Cargos Prévios	2,02	1,69	2,09	0,07	1,80	0,67	2,13	1,88
Idade 1º Cargo Político	34,10	32,76	32,54	36,02	31,41	29,78	33,97	33,47
Idade Atual (1.4.81)	51,48	46,81	49,99	50,29	51,60	39,53	47,62	49,72
% Retorno Veteranos	56,1	45,1	53,7	90,0	80,0	66,7	75,0	54,3
Antiguidade (Anos)	7,49	5,87	7,15	7,35	8,42	6,15	7,15	6,98

Os parlamentares do PP tendiam a vir de carreiras políticas longas, mas seus deputados têm menos localismo e níveis de educação e são ligeiramente mais velhos (relativamente) do que seus senadores.

#### QUADRO 5.4 – Perfil de Recrutamento por Partido, Senado Federal, 1981

Variáveis de Recrutamento	Filiação Partidária – 1981				
	PDS	PMDB	PP	Sem Filiação	TOTAL
<b>OCUPAÇÃO PRINCIPAL</b>					
Agricultura	16,7	15,0	0,0	0,0	13,4
Comércio-Bancos-Finanças	16,7	5,0	30,0	0,0	14,9
Indústria-Transporte	2,8	0,0	20,0	0,0	4,5
Advogado-Juiz	5,6	15,0	0,0	0,0	7,5
Profissionais da Saúde	11,1	15,0	20,0	0,0	13,4
Ensino	5,6	25,0	10,0	0,0	11,9
Imprensa	11,1	10,0	10,0	100,0	11,9
Outras Profissões	5,6	10,0	10,0	0,0	7,5
Funcionários Públicos	13,9	5,0	0,0	0,0	9,0
Militares	11,1	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (N)	(36)	(20)	(10)	(1)	(67)
<b>CARGOS ADMINISTRATIVOS</b>					
Federal	30,6	20,0	40,0	0,0	28,4
Estadual	52,8	40,0	50,0	100,0	49,3
Municipal	2,8	15,0	10,0	0,0	7,5
<b>CARGOS ELETIVOS</b>					
Federal	77,8	45,0	60,0	100,0	65,7
Estadual	66,7	50,0	60,0	100,0	61,2
Municipal	38,9	50,0	50,0	100,0	44,8
% Nascidos no Estado Representado	72,2	75,0	90,0	0,0	74,6
% com Educação Universitária	88,9	90,0	90,0	100,0	89,6
% com Educação no Estado Representado	42,4	50,0	42,9	0,0	44,8
Carreira Prévia (Anos)	23,31	18,15	23,79	37,60	22,05
Nº de Cargos Prévios	4,25	3,25	5,10	4,00	4,07
Idade 1º Cargo Político	30,72	29,03	30,70	24,49	30,12
Idade Atual (01.04.81)	60,86	53,61	56,63	68,24	58,20
% Retorno de Veteranos	47,2	70,0	40,0	100,0	53,7
Antiguidade (Anos)	6,82	6,43	3,62	6,15	6,25

Em dezembro de 1981, pouco antes da fusão PP-PMDB, o PP continuava com seus 10 senadores e havia ganhado mais um deputado. Ao contrário do que alguns paulistas pensavam, a extinção do PP beneficiou mais o PMDB do que o PDS, embora os 10 ex-pepistas que ingressaram no PDS assegurassem uma maioria mais sólida para a bancada governista.

Pensou-se que em 1983 ou 1984 um novo partido de centro, tipo "auxiliar" no estilo do PP, viesse a ser organizado, sendo seu nome já escolhido (Partido Liberal) por seus organizadores.

### **3.2 – Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)**

Desde o início de 1979, trabalhistas históricos e os mais recentes estavam negociando ativamente a formação de um novo PTB, embora dividido em duas facções rivais e irreconciliáveis, lideradas pelo ex-governador Leonel Brizola e a ex-deputada Ivette Vargas<sup>22</sup>. Como veremos no Quadro 5.4, inicialmente este novo bloco foi organizado com 22 deputados do ex-MDB e um da ex-Arena (Murilo Mendes, de Alagoas), e mais o senador Leite Chaves (ex-MDB do Paraná). Dois terços deste bloco vieram de três Estados: Rio Grande do Sul (8), Bahia (5) e Rio de Janeiro (3). Em 1979, foram apurados 53 deputados com afinidades com o antigo PTB, 16 na Arena e 36 no MDB, e em 1980 o contexto político foi mais importante do que as origens históricas, e assim quase 60% destes decidiram não entrar no "novo" PTB.

Estas duas facções trabalhistas rivais não se entenderam e entraram no TSE com pedidos de registro provisório separados, e mesmo que a facção brizolista contasse com 22 dos 23 deputados do novo PTB, numa decisão surpreendente o TSE entregou a sigla "PTB" para a facção de Ivette em 12 de maio de 1980.

Como se podia imaginar, a decisão do TSE não era totalmente gratuita. Uma decisão política foi tomada: de considerar os pedidos pela ordem de entrega, e não conjuntamente pelos méritos, sendo que o processo de Ivette chegou primeiro no TSE e foi declarado registrado, e o de Brizola, conseqüentemente, prejudicado<sup>23</sup>.

O novo PTB de Ivette ainda recebeu quatro importantes adesões: 1) o ex-presidente Jânio Quadros foi alistado em novembro de 1980, tornando-se candidato ao governo de São Paulo em 1982; 2) uma luta pessoal no Estado do Pará entre o então presidente do Senado, Jarbas Passarinho, e o governador Alacid Nunes resultou no ingresso dos seguidores deste no PTB em janeiro de 1981; 3) na cisão no PDS paraense em 1982, quando Saul Raiz foi escolhido candidato oficial, o deputado e ex-governador Paulo Pimentel resolveu ingressar no PTB; e 4) na sua agitada procura de legenda, Sandra Cavalcanti, por falta de outras alternativas viáveis no Estado do Rio de Janeiro, optou pelo PTB no primeiro semestre de 1982.

O PTB ainda conseguiu atrair alguns petebistas "históricos", como o ex-governador Gilberto Mestrinho (AM), o ex-senador Aarão Steinburch (RJ) e o ex-deputado Américo Silva (PA), porém a fusão PP-PMDB e outros fatos em 1982 fizeram com que Mestrinho fosse para o PMDB, e Pimentel voltasse para o PDS. Assim, o PTB apenas lançou candidatos aos governos do Rio de Janeiro e São Paulo.

Inicialmente, o PTB de Ivette ficou com cinco deputados em março de 1981, e até dezembro tinha apenas quatro. Mas com a fusão PP-PMDB e a adesão do senador Nelson Carneiro, em agosto de 1982, o PTB já era a terceira bancada na Câmara (14) e no Senado (2).

Dos cinco petebistas em 1981 (Quadro 5.2), dois vieram do ex-PTB, um do ex-PSP, um do ex-PRT e um de origem desconhecida. Dois eram funcionários públicos, um profissional da saúde, um professor e outro advogado (Quadro 5.3). Este grupo tem maior experiência política do que o PDT de Brizola, níveis maiores de educação e localismo, carreiras mais longas e idades mais avançadas, além de maior antiguidade de todos os novos partidos – uma média de 8,42 anos de experiência parlamentar.

### **3.3 – Partido Democrático Trabalhista (PDT)**

Frustrado pela decisão do TSE, mas não vencido, Leonel Brizola imediatamente submeteu outro pedido de registro de seu grupo com a sigla PDT. Até 1981, os 22 deputados do grupo brizolista foram reduzidos para apenas 10, e posteriormente 9. Estas 13 desistências engrossaram as fileiras do PMDB. Além do seu presidente, Leonel Brizola, o PDT conseguiu atrair outros ex-cassados de destaque, como o ex-deputado Doutel de Andrade (SC), e ex-ministros Darcy Ribeiro e Neiva Moreira e ainda Suzana Pasqualini.

Em março de 1981, este bloco brizolista contava com oito ex-petebistas, um do ex-PSD e um do ex-PSB. Esta bancada de 10 tem mais advogados, funcionários e jornalistas com menos experiência e localismo político, mas exhibe maiores níveis de educação e localismo educacional. Suas carreiras políticas foram curtas, como também foi o caso do antigo PTB<sup>24</sup>, e entraram na política em idades mais avançadas, e suas idades em 1981 foram ligeiramente acima da média geral da Câmara. Nove destes 10 deputados foram reeleitos da Oitava Legislatura.

No primeiro semestre de 1982, o PDT ganhou a adesão do senador Saturnino Braga (RJ) em razão da sua incompatibilidade com a fusão PP-PMDB. O PDT lançou candidatos aos governos de vários Estados, mas apenas as candidaturas de Brizola (RJ) e Alceu Collares (RS) tiveram força eleitoral suficiente para eleger bancadas estaduais.

### **3.4 – Partido dos Trabalhadores (PT)**

O menor dos partidos novos, o PT, foi o único que nasceu fora do Congresso Nacional e da “classe política”, pois foi organizado pelos líderes sindicais Luís Inácio da Silva, “o Lula”, dos metalúrgicos, e Jacó Bittar, dos petroleiros, no Estado de São Paulo, e Olívio Dutra do Sindicato dos bancários gaúchos<sup>25</sup>. Depois de várias tentativas inúteis de chegar a um entendimento com a facção “autêntica” ou de “tendência popular” do MDB em 1979<sup>26</sup>, e cansados de décadas de “soluções” sindicais impostas por políticos de cunho “trabalhista”, “populista” e “progressista” que se apresen-

tavam como os “representantes legítimos” da classe trabalhadora<sup>27</sup>, estes líderes sindicais decidiram organizar um novo partido realmente “dos” trabalhadores “de baixo para cima” – que não aceitaria políticos e/ou estudantes como “líderes”, e apenas receberia desconfiadamente seu apoio.

Porém, dada a rigidez da nova legislação da reorganização partidária, esta opção “de baixo para cima” teria sido uma “via-crucis” de organizar diretórios provisórios em 15 Estados, além de angariar e autenticar assinaturas de eleitores. Assim, quando surgiu a possibilidade de constituir um “bloco” petista no Congresso Nacional com um grupo de “autênticos” que estavam descontentes com os rumos do novo PMDB, e ao mesmo tempo incompatíveis com o PTB, PDT e PP, os líderes sindicais optaram por este caminho alternativo de formar um bloco do PT com cinco deputados e um senador, assim garantindo o registro provisório do partido no TSE. Com isso, ganhariam tempo para completar o resto do “ritual jurídico”, enquanto seu bloco funcionasse com uma cobertura jornalística mais ampla dentro do Congresso.

Até 1981, o PT havia perdido um deputado e um senador (os irmãos Santillo, de Goiás), e ganhou a adesão de mais dois deputados, ficando com um bloco de seis deputados. Em agosto de 1982, contava com cinco deputados e um senador (Evandro Carneira, que se indispôs com a fusão PP–PMDB no Amazonas).

Apenas dois petistas tinham afinidades com os antigos partidos (ex-PSD e ex-PSB). Dois terços desta bancada são advogados e outras profissões; apenas um é operário industrial. Como seria de esperar, este bloco teve muito pouca experiência política, carreiras curtas, e é o mais jovem de todos os novos partidos.

O PT venceu uma disputa cerrada quando elementos da Convergência Socialista tentaram dominar as eleições em vários diretórios em São Paulo, mas em 1982 abrigava elementos de várias facções da esquerda em suas chapas. O PT ainda conta com o apoio de muitos elementos do clero mais progressista, como Frei Beto, e das Comunidades Eclesiais de Base, bem como intelectuais, como os professores Francisco Weffort e José Álvaro Moisés, da USP.

Em 1981, o futuro eleitoral do PT foi um tanto incerto, sendo que logo após seu retorno de uma viagem pela Europa e Estados Unidos<sup>28</sup> Lula e mais 11 companheiros foram condenados a três anos de prisão pela justiça militar, em fevereiro, como incursores na Lei de Segurança Nacional por terem incitado as greves em São Paulo, em abril de 1980. Porém, em abril de 1982, o STM declarou a justiça militar incompetente para este caso, e assim os líderes sindicais puderam candidatar-se às eleições deste ano.

A rivalidade entre o PT e o PMDB sobre a questão do “voto útil” foi bastante feio, especialmente em São Paulo, onde a candidatura de Lula tiraria votos do candidato do PMDB, Franco Montoro.

### **3.5 – Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)**

No realinhamento inicial dos quadros partidários em 1980, o ex-MDB perdeu 70 dos seus 189 deputados federais originais (37%) e cinco dos seus 25 senadores com a formação dos novos partidos “oposicionistas” (PP, PTB e PT), sem falar nos 24 de-

putados e um senador, Amaral Peixoto (RJ), que passaram para o novo partido do governo; uma troca muito desigual pelos três deputados e um senador, Teotônio Vilela (AL)<sup>29</sup>, que deixaram a ex-Arena, e mais ainda os quatro deputados e três senadores do ex-MDB que ficaram sem filiar-se a nenhum dos partidos novos.

Assim, o PMDB foi reduzido inicialmente a 91 deputados do ex-MDB e 3 da ex-Arena, perfazendo um total de 94 deputados e 17 senadores.

A penetração regional do PMDB era um pouco mais ampla do que a do PP, sendo que o sucessor do MDB se fez representar em todas as unidades da federação, menos Piauí (onde tinha dois deputados estaduais) e Roraima. Um dos fatores mais importantes desta “implosão” do ex-MDB foi a quantidade de ambições políticas conflitantes em muitos Estados (para governador e senador em 1982). A liderança nacional do PMDB não conseguia contornar ou sublimar estes conflitos em nome da “unidade oposicionista”, e assim perdeu a maior parte destes “dissidentes” para o PP e o PTB, e em alguns casos até para o novo partido governista. Um segundo fator foi a divisão ideológica preexistente dentro do ex-MDB entre as facções “autêntica”, “tendência popular”, “neo-autêntica” e “moderada”, sendo que a maior parte desta última ingressou no PP, como poderia ser previsto desde a crise de abril de 1977.

Um ano depois, em 1981, o PMDB havia conseguido atrair mais 19 deputados e 3 senadores, totalizando 113 deputados e 20 senadores, respectivamente. A maior parte destes deputados retornou da facção brizolista do PTB após a perda da sigla do TSE, e alguns voltaram do PP. Os três senadores voltaram do PTB e PT, e sem filiação.

O PMDB conseguiu o ingresso de vários ex-cassados de destaque, entre eles o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes, o ex-ministro e deputado Almino Afonso, e o ex-deputado e líder do MDB em 1968, Mário Covas.

Se examinarmos o “êxodo” de elementos do ex-MDB para outros partidos à luz das afinidades com os antigos partidos pré-1966 (no Quadro 5.2), poderemos observar que, em 1981, 21 dos elementos dos 36 do ex-PTB e 14 dos 37 do ex-PSD haviam deixado o partido original da oposição e ainda metade dos elementos originários da ex-UDN e ex-PDC, e quase todos os do ex-PSP. Assim, com a exceção do ex-PSD, o nível de “êxodo” foi quase igual.

Comparando os perfis do ex-MDB *versus* PMDB (Quadro 5.1 *versus* os Quadros 5.3 e 5.4), este tem mais advogados, professores, jornalistas e outros profissionais do que seu antecessor, enquanto perdeu elementos dos setores da saúde, funcionalismo e militar. O “novo” partido de oposição é composto de membros com maior experiência política e mais localismo, são ligeiramente mais jovens e com menos antiguidade parlamentar do que os do MDB em 1979.

Assim, o PMDB não pode ser considerado um partido velho “com roupas novas”, mas o ex-MDB com “menos roupas”.

Em 1981, o PMDB continuou recebendo deputados egressos dos outros partidos, chegando a 121 em dezembro. Após a fusão com o PP, o “carro-chefe” dos partidos oposicionistas apresentou bancadas de 168 deputados e 27 senadores em agosto de 1982.

A estratégia original do general Golbery de fracionar a oposição para beneficiar candidatos governistas ou “pseudogovernistas” no pleito de 1982 em redutos onde o ex-MDB era forte no Centro-Sul parecia ainda funcionar nos Estados de São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. No entanto, as últimas pesquisas de opinião eleitoral (agosto/setembro, 1982) demonstraram que continuou a funcionar apenas no Rio de Janeiro, onde o eleitorado parecia estar dividido igual por igual entre os candidatos do PMDB, PTB, PDT e PDS. Ao contrário, em Estados onde esta estratégia nunca teve condições locais de funcionar (como Santa Catarina e Pernambuco) foi onde o PDS mostrou um crescimento inesperado.

### 3.6 – Partido Democrático Social (PDS)

O novo partido governista adotou um nome quase coincidente com a antiga sigla do PSD, e ficou praticamente a ex-Arena “de roupas novas”, sendo que, em 1980, 89% dos seus 225 deputados vieram desta agremiação. No realinhamento inicial, o novo partido governista perdeu muito menos do que o ex-MDB, que essencialmente foi dividido em quatro partidos novos. O fato de o PDS ter perdido 29 deputados da ex-Arena para os novos partidos (25 ao PP) foi compensado pelo ingresso de 24 deputados “oposicionistas” do ex-MDB, ou seja, uma perda líquida de apenas seis deputados (cinco e mais um que ficou sem filiação). A maior parte destes “adesistas” era dos Estados de São Paulo (14)<sup>30</sup>, Rio de Janeiro (4) e Santa Catarina (2). Na Câmara Federal, então, a maioria governista foi reduzida de 55% para 53,6% em 1980.

No Senado, esta maioria foi reduzida de 62,7% para 55,2%, mas recebeu a adesão de Amaral Peixoto (RJ). Embora fosse genro de Getúlio Vargas e ex-presidente do ex-PSD, Peixoto decidiu filiar-se ao PDS por causa de rivalidades com o governador Chagas Freitas, que foi para o PP, e também por incompatibilidades com o PMDB e PTB no seu Estado; a nomeação imediata de sua filha, Celina, como diretora do Arquivo Nacional e a possibilidade (concretizada em 1982) de seu genro, Wellington Moreira Franco, vir a ser o candidato do PDS ao governo fluminense.

Em 1981, as maiorias do PDS sofreram uma erosão a níveis perigosos, de 225 para 212 na Câmara e de 37 para 36 no Senado, marginalmente acima das cifras mínimas majoritárias de 211 e 34, respectivamente. Na Câmara, a maioria destas “erosões” se tornou “sem filiação” (cinco), quatro ingressaram no PMDB e um no PTB, Rafael Baldacci (SP). No Senado, a “erosão líquida” foi devida à sucessão em Mato Grosso do Sul no final de 1980, e à adesão do senador Hugo Ramos (RJ).

Comparando o perfil da ex-Arena com o do PDS, observamos que o partido governista perdeu professores, advogados e outros profissionais, enquanto recebeu mais elementos das “classes produtoras” (agricultura, negócios e indústria-transporte). Os membros do PDS têm uma experiência política ligeiramente menor, menos educação e localismo, e são ligeiramente mais velhos, com mais antiguidade parlamentar do que a ex-Arena de 1979<sup>31</sup>.

No final de 1981, com a convocação de alguns titulares no Congresso Nacional, o PDS aumentou suas bancadas para 214 na Câmara e 37 no Senado, preparando-

se para votar o “Pacote de Novembro”, mas, temendo repetir a derrota da sublegenda em outubro, o Palácio do Planalto decidiu apelar para o mecanismo de decurso de prazo em janeiro de 1982.

Já nas votações do “Pacote de Maio”, em junho, e do novo modelo de cédula eleitoral em agosto de 1982, após a fusão PP-PMD, o PDS poderia prescindir destes mecanismos com as suas maiorias aumentadas e mais confiáveis de 224 deputados e 36 senadores que aprovaram estas medidas.

#### 4 – As eleições de novembro de 1982

Em 15 de novembro de 1982, de um eleitorado de 58.616.588 compareceram 48.481.170 votantes, com uma abstenção de apenas 17,3%. A abstenção mais baixa ficou com o Rio Grande do Sul (11,2%) e a mais alta com o Maranhão (27%). Como era esperado, os índices de abstenção foram mais baixos nas regiões mais desenvolvidas e mais politizadas do país: Sul (16%) e Sudeste (12,6%). Contrariando as previsões pessimistas de que o “voto vinculado” e a proibição do “voto de legenda” produziriam altos índices de votos brancos e, principalmente, nulos, estas cifras foram de apenas 11,9% e 4,9% na eleição para deputado estadual e 7,5% e 2,7% na eleição para governador, respectivamente<sup>32</sup>.

Apesar de o voto oposicionista ser dividido entre quatro partidos de oposição, o PMDB acumulou mais votos que o PDS nos dois pleitos majoritários: governador, 19.066.184 *versus* 17.969.172, e senador, 18.417.420 *versus* 17.802.460, respectivamente. Porém, nos pleitos proporcionais (deputado federal e estadual), o PDS levou uma ligeira vantagem (em torno de 100 mil votos) sobre o PMDB; resultado muito similar aos pleitos de 1978 e 1974. Isto indica que alguns eleitores peemedebistas praticaram um “voto camarão às avessas” – votar na cabeça da chapa e esquecer o resto. No total, 7,7% dos eleitores peemedebistas votaram assim (comparando os resultados do pleito para governador e deputado federal). O eleitor fluminense foi o mais consciente neste sentido (apenas 1,5%), seguido por Santa Catarina (4,6%), Mato Grosso do Sul (5,1%) e Maranhão (5,6%). Por outro lado, os maiores índices deste fenômeno foram encontrados nos Estados de Mato Grosso (10,7%), Bahia (10,6%), Alagoas (10,3%) e Pará (9,6%). Estes dados têm muito a ver com a estrutura do PMDB em cada Estado e com a consciência dos eleitores em relação aos candidatos do partido nos pleitos proporcionais. Os altos índices configuram mais um voto de protesto (quase um “voto de legenda”), onde apenas votaram na cabeça da chapa.

Como se vê pela Figura 3.1 e o Quadro 3.5, o mapa político do país mudou muito após as eleições de 1982. Tendo somente um governador (Chagas Freitas do PMDB-RJ) em 1982, as oposições conseguiram eleger 10, e em 1983 passaram a governar aproximadamente 60% da população brasileira em Estados responsáveis por 72% da arrecadação do ICM. Com as exceções dos Estados de Mato Grosso, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, o PDS concentrou-se mais no Nordeste, sendo alcunhado de “partido dos nordestinos” por Tancredo Neves, recém-eleito governador em Minas.

Olavo Brasil aconselha um pouco de cautela em relação a esta generalização sobre o pleito de 1982, levando em conta as tendências eleitorais desde 1974. Suas observações de que a competição partidária continua muito acirrada e que o PDS conseguiu uma certa penetração nas regiões mais desenvolvidas e o PMDB nas regiões menos desenvolvidas (ao longo do tempo) são muito relevantes e complementam as observações de Navarro de Brito<sup>33</sup>.

Com sua vitória em 12 Estados e por causa do voto vinculado, o PDS elegeu 15 novos senadores e, somados aos eleitos em 1978, conseguiu uma maciça maioria de 46 (2/3) no Senado Federal<sup>34</sup>.

Por causa das distorções produzidas pela eleição proporcional (já abordadas anteriormente), as maiorias peemedebistas nos pleitos majoritários não foram traduzidas fielmente numa maioria parlamentar na Câmara dos Deputados. Caso fossem, o PMDB teria eleito 211 deputados *versus* 199 do PDS. No próprio pleito para deputado federal (Quadro 3.5), embora o PDS tenha recebido apenas 43,2% dos votos, elegeu 49,0% dos deputados.

Porém, a grande mudança foi o partido do governo ter perdido a sua maioria absoluta na Câmara Baixa por cinco votos, diante da coligação das oposições, que no final de 1983 produziu as primeiras derrotas de decretos-leis presidenciais desde 1964. Na verdade, a Arena, transformada em PDS, avançou muito pouco em 1982. Das 59 novas cadeiras na Câmara, o partido do governo levou apenas quatro em relação ao pleito de 1978.

Embora os partidos de oposição tenham acumulado uma maioria dos votos populares e vagas na Câmara dos Deputados, as modificações introduzidas pela Emenda nº 22 de julho de 1982 fizeram com que o PDS conquistasse 81 dos 138 delegados ao Colégio Eleitoral de janeiro de 1985. Somados aos seus senadores e deputados federais, o PDS apresentou uma maioria de 361 entre os 686 membros deste Colégio; apenas 17 votos de diferença.

Como se vê na última parte do Quadro 3.5, se estas modificações não tivessem sido feitas, e os delegados fossem atribuídos proporcionalmente à população de cada Estado (como em 1978), as oposições reunidas teriam uma precária maioria de "um" voto no Colégio Eleitoral.

Este Colégio Eleitoral ainda é muito viciado pelas desigualdades regionais herdadas da Carta de 1946. Embora a região nordestina contasse com apenas 23,8% dos votantes em 1982, terá 33,5% de votos no Colégio Eleitoral, 43,2% na convenção do PDS de setembro de 1984, e entre os colegiais do PDS em janeiro de 1985 esta região contará com 49%<sup>35</sup>.

Por outro lado, o Pacote casuístico de junho de 1982 deu um certo alento aos pequenos partidos, adiando as duras cifras mínimas (de 5% nacionalmente e 3% em nove Estados). Somente o PDT ultrapassou a primeira barreira, mas teria sido derrubado pela segunda.

## 5 – O desempenho dos partidos

A antiga estratégia do general Golbery de “dividir para conquistar” funcionou em apenas dois Estados. No Rio Grande do Sul, a divisão PMDB–PDT permitiu ao PDS eleger o governador e o senador por uma maioria simples de 3%, com uma margem de apenas 22.643 sobre o PMDB. No Rio de Janeiro, esta estratégia também derrotou o PMDB, mas, de quebra, permitiu a vitória do PDT de Leonel Brizola por uma maioria simples de 34%, 178.474 votos à frente do PDS.

O PDT ficou restrito aos seus redutos nos dois Estados, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, e a sua bancada de 23 deputados é a terceira na Câmara Federal. O PDT conseguiu lançar chapas em apenas 12 Estados, e aspira a uma reorganização partidária e/ou às próximas eleições diretas para fortalecer a sua penetração nacionalmente.

A segunda alternativa “trabalhista”, o PTB, até janeiro de 1984 liderado pela deputada Ivette Vargas, lançou chapas em 10 Estados, mas conseguiu eleger seus 13 deputados somente entre Rio de Janeiro e São Paulo, onde concentrou 97% dos seus votos. Com o ex-presidente Jânio Quadros liderando a chapa petebista em São Paulo, o partido chegou em terceiro lugar, superando o PT. Durante 1983, o PTB ensaiou uma coligação parlamentar com o PDS que não deu certo, mas em 1984 recebeu alguns cargos do governo e continua tenuamente ligado à orientação governista, e numa reformulação partidária em 1985 ou no pleito de 1986 provavelmente venha a desaparecer.

O PT apresentou um desempenho muito aquém do esperado por seus líderes. Chegou a apresentar chapas em todos os Estados, menos no de Alagoas. Como era de se esperar, concentrou 72% dos seus votos no Estado de São Paulo (seis deputados federais), mas também elegeu um deputado no Rio de Janeiro (9,6%), e outro em Minas Gerais (7,2%). Os 4.637 votos do PT no Estado do Acre chegaram perto do coeficiente eleitoral. A sua retórica socializante e mais o apelo do “voto útil” do PMDB parecem ter reduzido a sua penetração entre o eleitorado no Centro-Sul.

A reincorporação do PP ao PMDB tanto fortaleceu o desempenho eleitoral deste partido como o tornou mais moderado. Sem esta fusão, o PMDB não teria ganho as eleições em Minas Gerais, Paraná, Mato Grosso do Sul e Amazonas. Por outro lado, a fusão foi um fator negativo para o PMDB no Rio de Janeiro. Em outros Estados, o PMDB aproveitou um PDS dividido em facções incompatíveis, como no Espírito Santo e Pará. No Centro-Sul, o casuísmo do “voto vinculado” ajudou o PMDB a liquidar as bases municipais do PDS. Após o “milagre malufista” no primeiro semestre de 1980<sup>36</sup>, o PMDB foi reduzido a apenas 38 prefeituras em São Paulo, mas em 1983 pulou para 307 *versus* 253 do PDS. Em Goiás, o PMDB aumentou seu domínio municipal de 60 para 185 (o PDS caiu para 59). No Estado do Paraná, a máquina Ney Braga foi virtualmente eliminada, pois o PMDB subiu de 14 prefeituras para 183 (o PDS reduzido a 127). Como estes prefeitos têm mandatos até 1989, uma revanche do PDS nestes Estados em 1986 seria muito difícil.

Lembrando que antes da eleição de novembro de 1982 a bancada do PDS na Câmara contava com 224 deputados (Quadro 2) das 59 novas vagas, o partido con-

quistou apenas 11 (*versus* 32 pelo PMDB e 14 pelo PDT) – assim perdendo a maioria absoluta na Casa por cinco votos. Em alguns Estados (citados no parágrafo anterior), seu acirrado faccionismo interno ajudou a derrotar o PDS. Em outros Estados, como Santa Catarina, Pernambuco e Rio Grande do Norte, o PDS encabeçou as suas chapas com ex-prefeitos da capital que vinham de administrações muito populares e bem-sucedidas – assim diminuindo a maioria do PMDB na capital. Este fator foi crucial para a vitória da chapa Roberto Magalhães–Gustavo Krause–Marco Maciel, em Pernambuco.

Enquanto o “voto vinculado” favoreceu o PMDB no Centro-Sul, trabalhou em favor do PDS no Nordeste, onde o partido elegeu os nove governadores que tiveram um cacife muito grande na convenção nacional do partido e no Colégio Eleitoral.

Os alicerces do PDS foram solapados pela facção subpartidária “Participação” na sua convenção nacional de julho de 1983 e pelas derrotas dos decretos-leis dos salários no mesmo ano. Já em 1984, novamente o partido foi enfraquecido junto às suas bases pelas mobilizações em favor das eleições diretas em abril e junho, e pela dissidência da “Frente Liberal” em julho. Assim, o então partido do governo poderá correr perigo numa eventual reformulação partidária em 1985 e/ou nas eleições de 1986.

## **6 – As Bancadas Partidárias na Câmara – 1983**

Nesta parte da análise, traçamos um perfil das bancadas dos partidos na Câmara Federal, em 1983, em quatro tempos: a renovação política, o recrutamento de 1983 *versus* o de 1979, os partidos em 1983, e uma análise dos calouros (novatos) eleitos pela primeira vez em 1982.

### **6.1 – Renovação política: sangue novo no Congresso**

Descontados os senadores que não se candidataram à reeleição, os que foram “cassados” pelas urnas e ainda os três que foram eleitos governadores (Minas, São Paulo e Paraná), em 1983 a Câmara Alta contou com 25 novos senadores (36%)<sup>37</sup>. Nesta “safra de 1983” encontramos 10 ex-deputados, sete ex-governadores, dois ex-ministros, dois ex-senadores, um ex-vereador e três ex-cassados. Um conjunto de experiências políticas bastante diverso que revigorou o Senado Federal tanto quanto a “safra de 1975”, cuja renovação foi comparável à de 1983.

Dos 420 deputados da legislatura anterior, 214 conseguiram a reeleição (51%). Esta “taxa de retorno” foi mais alta do que a de 1979 (48%), apesar de a classe política considerar o pleito de 1982 hem mais difícil por causa do voto vinculado, dos novos partidos, da coincidência das eleições gerais com as municipais, das eleições diretas para governador e do alto custo da campanha.

Entre os 479 deputados que chagaram a Brasília em 1983, 222 são “calouros”, sem experiência anterior na Câmara Federal (46,3%), como mostra o Quadro 5.5. Mas se acrescentarmos os 43 ex-deputados vindos de legislaturas anteriores à de

1979-1983, teremos uma taxa de renovação de 55%. Em 1979, estas cifras foram de 45% e 51%, respectivamente. Assim, a renovação em 1983 foi ligeiramente maior do que em 1979. No período histórico pós-1945, as maiores taxas de calouros foram em 1950 (71%) e 1954 (52%), e a mais baixa em 1966 (41%). Em comparação com outros países, a renovação da Câmara Baixa no Brasil sempre é bastante elevada<sup>38</sup>.

As oposições reunidas tinham mais calouros em 1983 (51,6%) do que o PDS (40,9%). Na bancada oposicionista, quanto menor a bancada, maior a renovação, como se vê no Quadro 5.7.

Regionalmente, os campeões em matéria de renovação foram o novo Estado de Rondônia (88%) e o Piauí (78%); aquele por ter aumentado a sua bancada de dois para oito, e este pelo fato de o domínio político do ex-ministro Petrônio Portela estar sendo desmantelado. No extremo oposto (baixa renovação), encontramos o Rio Grande do Norte (25%), Minas (30%) e o Maranhão e Pernambuco (35%). Em Minas a reeleição de veteranos foi impressionante, e incluiu cinco ex-deputados de legislaturas anteriores à de 1979/83: dois no PMDB (ex-cassados) e três no PDS. A renovação do PDS mineiro foi de apenas 23%, e do PMDB 37%<sup>39</sup>.

## 6.2 – 1983 *versus* 1979

No Quadro 5.5, comparamos os perfis de recrutamento das bancadas do governo e da oposição em 1983 com as eleitas em 1979.

### 6.2.1 – *Ocupação principal*

Em 1983, encontramos mais deputados dos setores agrícola, empresarial e serviço público, e menos advogados e militares.

Numa pesquisa realizada pela revista *Veja* em dezembro de 1982, entre 437 deputados eleitos, 163 (37,3%) identificaram-se como “fazendeiros” e 42% acusaram “agricultura, pecuária e agroindústria” como sendo uma das suas fontes de renda<sup>40</sup>. As razões deste grande “surto de agricultores” em 1983 em comparação com legislaturas anteriores são duas: 1) na pesquisa da *Veja* foram computadas “profissões múltiplas” (até cinco); e 2) nos últimos anos, muitos profissionais liberais têm investido em empreendimentos agrícolas, mais ou menos como investiam na bolsa de valores no início dos anos setenta.

O partido do governo tem menos agricultores, advogados, profissionais e militares, porém mais empresários e funcionários públicos em 1983 do que em 1979.

Por seu lado, a oposição tem “muito mais” agricultores em 1983 do que tinha em 1979, mais alguns profissionais, funcionários públicos e empresários, e menos advogados, profissionais da saúde e militares em 1983.

### 6.2.2 – *Carreira política prévia*

Na safra de 1983, em geral, a experiência prévia dos deputados revela mais cargos administrativos e menos eletivos, e mais a nível federal e menos a nível municipal do que em 1979.

**QUADRO 5.5 – Ocupação Principal, Carreira Política e Indicadores do Recrutamento, Deputados da Arena e MDB em 1979 versus do Governo e Oposição em 1983**

	1979			1983		
	Arena	MDB	Total	Go- verno	Opo- sição	Total
<b>OCUPAÇÃO PRINCIPAL</b>						
Agricultura	14,7	3,2	9,5	11,9	10,7	11,3
Comércios-Bancos-Finanças	11,7	14,3	12,9	15,3	16,4	15,9
Indústria-Transporte	6,1	4,2	5,2	7,2	2,9	5,0
Advogado-Juiz	12,6	23,3	17,4	11,1	17,2	14,2
Profissionais da Saúde	9,5	9,5	9,5	10,2	5,7	7,9
Professores	9,5	16,9	12,9	9,8	15,6	12,7
Imprensa	4,8	10,1	7,1	5,1	10,2	7,7
Outras Profissões	14,3	6,9	11,0	12,8	9,4	11,1
Funcionários Públicos	12,1	8,5	10,5	14,9	10,7	12,7
Militares	4,8	3,2	4,0	1,7	1,2	1,5
TOTAL %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (N)	(231)	(189)	(420)	(235)	(244)	(479)
<b>CARGOS ADMINISTRATIVOS</b>						
Federais	7,8	7,0	7,4	14,5	9,4	11,9
Estaduais	46,8	23,5	36,4	49,4	27,5	38,2
Municipais	12,1	10,7	11,5	10,2	11,5	10,9
<b>CARGOS ELETIVOS</b>						
Estaduais	48,5	41,2	45,2	44,3	45,1	44,2
Municipais	36,4	36,4	36,4	34,0	32,4	33,2
% Nascidos no Estado Representado	92,6	84,1	88,8	83,0	82,0	82,5
% com Educação Universitária	83,0	88,4	85,4	84,7	86,5	85,6
% com Educação Univ. no Estado Representado	61,3	67,7	65,6	62,1	73,9	68,2
Carreira Pré-CD (Anos)	10,27	7,90	9,20	10,94	9,17	10,04
Nº de Cargos Pré-CD	2,19	1,53	1,89	2,24	1,66	1,95
Idade no Primeiro Cargo	33,21	33,58	33,38	32,22	32,42	32,33
Idade em 1º-fev. - 1979/83	48,90	45,98	47,59	49,17	47,15	48,14
% de Deputados "Calouros"	43,3	46,0	44,8	40,9	51,6	46,3

Este maior recrutamento do serviço público federal ficou mais por conta do PDS em relação à Arena (mais do que o dobro) do que a oposição em relação ao MDB (que aumentou menos). A nível estadual, o partido do governo recrutou mais gente de cargos administrativos, e menos ex-deputados estaduais.

As oposições em 1983 também elegeram mais deputados com experiência em cargos administrativos do que o MDB em 1979, e mais ex-deputados estaduais (ao contrário do caso do PDS), porém menos ex-prefeitos e vereadores, igual ao PDS.

Além de maior experiência qualitativa em 1983, notamos também maior experiência quantitativa, em termos de carreiras mais longas (tanto em anos como em número de cargos ocupados), tendência mais acentuada na oposição em relação ao MDB em 1979.

### 6.2.3 – *Localismo*

O pleito de 1982 parece ter favorecido mais os “forasteiros” na Câmara Federal, pois o índice de localismo político baixou ligeiramente (de 88,8% para 82,5%), tendência esta mais acentuada no PDS. O caso do localismo educacional foi o contrário, crescendo ligeiramente e mais acentuado na oposição, onde os vínculos tendem a ser estabelecidos mais profissionalmente e menos por razão “de berço”.

### 6.2.4 – *Idade*

Os deputados de 1983 ingressaram na política um pouco mais jovens (em média um ano) do que em 1979, tendência igual entre governo e oposição. Porém, a Câmara de 1983 é ligeiramente mais velha (em torno de meio ano) do que a de 1979. Esta tendência é puxada pela oposição em relação ao MDB em 1979.

### 6.2.5 – *Afinidades com ex-partidos*

No Quadro 5.6, identificamos as afinidades dos deputados com relação ao antigo pluripartidarismo (pré-1966) e ao bipartidarismo mais recente.

No caso do sistema mais antigo, em 1983 encontramos mais deputados com ligações com o ex-PTB, ex-UDN e ex-PSB, e menos com o ex-PSD, em relação a 1979. O PDS *versus* Arena tem menos elementos do ex-PSD e ex-UDN, por causa do “efeito do Partido Popular”, sendo que o ex-PP retirou estes elementos da ex-Arena, levando-os em seguida para o PMDB após a fusão de 1982 (ver os Quadros 3.4 e 5.2). Comparando as oposições em 1983 *versus* ex-MDB de 1979, aumentaram os contingentes de ex-udenistas e ex-petebistas. Finalmente, é importante notar que a Câmara em 1983 tem mais deputados “sem vínculos” com o antigo pluripartidarismo, 166 *versus* 118 em 1979, o que demonstra o declínio deste tipo de clivagem política.

Como era de se esperar, as afinidades com o bipartidarismo são bem maiores, apenas 14% sem afinidades; já os que se filiaram a algum partido pela primeira vez, a partir de 1980, são mais freqüentes na oposição.

**QUADRO 5.6 – Afinidades com ex-Partidos (pré-1966 e 1966-1979): Deputados da Arena e MDB em 1979 e Governo e Oposição em 1983**

Ex-Partidos	1979			1983		
	Arena	MDB	Total	Go- verno	Opo- sição	Total
<b>PRÉ-1966</b>						
PTB	16	36	52	13	49	62
PSD	60	37	97	52	36	88
UDN	70	13	83	65	25	90
PSP	09	07	16	06	05	11
PDC	14	08	22	11	12	23
PTN	01	03	04	02	02	04
PST	02	00	02	02	03	05
PR	10	03	13	11	02	13
PL	00	00	00	00	01	01
PRP	04	00	04	03	02	05
PSB	01	04	05	01	07	08
PRT	02	02	04	00	01	01
PCB	00	00	00	00	03	03
Total Conhecido	189	113	302	166	148	314
Não-Apurado	42	76	118	69	96	165
<b>TOTAL</b>	<b>231</b>	<b>189</b>	<b>420</b>	<b>235</b>	<b>244</b>	<b>479</b>
<b>1966-1979</b>						
Arena				195	32	227
MDB				15	170	185
Total Conhecido				210	202	412
Não-Apurado				25	42	67
<b>TOTAL</b>				<b>235</b>	<b>244</b>	<b>479</b>

Em 1983, enquanto o PDS conta com 15 ex-emedebistas, as oposições abrangem 32 ex-arenistas. Mais uma vez notamos este "efeito do PP" nas origens partidárias dos deputados.

### 6.3 – Os partidos em 1983

Agora vamos desmembrar a análise anterior, que comparou governo *versus* oposição, para examinar os perfis dos cinco partidos representados na Câmara dos Deputados em 1983.

### 6.3.1 – *Renovação*

Como era esperado, notamos no final do Quadro 5.7 que os três pequenos partidos pela ordem numérica das suas bancadas têm índices maiores de renovação do que os dois partidos principais, e que o PMDB sofreu uma renovação maior do que o PDS. Neste partido do governo, onde a luta pela eleição foi maior (apenas 11 cadeiras novas conquistadas em relação a 1982), os veteranos tiveram mais sorte, e a renovação do partido ficou em 40,9%. Já no PMDB, onde a expansão foi maior (32 novas cadeiras em relação a 1982), deputados “novatos” tiveram maior peso nesta renovação de 49%.

### 6.3.2 – *Ocupação*

Os perfis ocupacionais dos partidos revelam as seguintes concentrações: PDS – empresários, funcionários públicos, profissionais e advogados; PMDB – empresários, advogados e professores; PDT – advogados e imprensa; PTB – imprensa; e PT – professores. É interessante notar que as proporções de agricultores são quase iguais no PDS e no PMDB.

### 6.3.3 – *Carreira política*

Em termos de cargos administrativos, o PDS tem uma freqüência maior, devido ao seu maior controle das máquinas federal e estaduais antes de 1983. Porém, o PMDB tem maior experiência em cargos municipais do que o PDS, por causa do fortalecimento de suas bases com a fusão com o PP. O PTB apresenta maiores freqüências que o PDT, e o PT é zero em cargos administrativos. A experiência do PDT em cargos federais é grande, maior do que a do PMDB e quase igual à do PDS.

O PMDB tem maior experiência em cargos eletivos, por ter muito mais ex-deputados estaduais, ao contrário do ex-MDB em 1979. Mais uma vez notamos os efeitos do ex-PP. A nível municipal (prefeito e vereador), o PDS fica quase igual ao PMDB (35%), mas o PTB tem uma freqüência maior ainda (38,5%). Entre os três pequenos partidos, o PT tem a maior freqüência de ex-deputados estaduais.

Quantitativamente, o PDS supera ligeiramente o PMDB em termos de carreiras mais longas, e o PTB supera de longe os outros pequenos.

### 6.3.4 – *Localismo*

Os localismos político e educacional do PMDB são mais altos do que os do PDS. Já os três partidos pequenos têm índices maiores de “forasteiros” – cerca de 50%; porém os índices de localismo educacional do PDT e PTB são quase iguais ao do PMDB, e todos os deputados do PT (100%) obtiveram seu curso superior no Estado representado.

**QUADRO 5.7 – Ocupação Principal, Carreira Política e Indicadores do Recrutamento por Partido Político, 1983**

	PDS	PMDB	PDT	PTB	PT	Total
<b>OCUPAÇÃO PRINCIPAL</b>						
Agricultura	11,9	11,5	8,7	7,7	0,0	11,3
Comércio-Bancos-Finanças	15,3	17,5	8,7	15,4	12,5	15,9
Indústria-Transporte	7,2	2,5	4,3	0,0	12,5	5,0
Advogado-Juiz	11,1	16,5	26,1	15,4	12,5	14,2
Profissionais da Saúde	10,2	6,5	4,3	0,0	0,0	7,9
Professores	9,8	15,5	8,7	15,4	37,5	12,7
Imprensa	5,1	9,0	17,4	23,1	0,0	7,7
Outras Profissões	12,8	9,0	4,3	15,4	25,0	11,1
Funcionários Públicos	14,9	11,5	8,7	7,7	0,0	12,7
Militares	1,7	0,5	8,7	0,0	0,0	1,5
TOTAL %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (N)	(235)	(200)	(23)	(13)	(8)	(479)
<b>CARGOS ADMINISTRATIVOS</b>						
Federais	14,5	9,5	13,0	7,7	0,0	11,9
Estaduais	49,4	32,5	4,3	7,7	0,0	38,2
Municipais	10,2	13,5	0,0	7,7	0,0	10,9
<b>CARGOS ELETIVOS</b>						
Estaduais	44,3	50,5	13,0	23,1	37,5	44,7
Municipais	34,0	35,0	17,4	38,5	0,0	33,2
% Nascidos no Estado Representado	83,0	88,0	56,5	53,8	50,0	82,5
% com Educação Universitária	84,7	88,8	82,6	76,9	75,0	85,6
% com Educação Univ. no Estado Representado	62,1	73,3	72,2	70,0	100,0	68,2
Carreira Pré-CD (Anos)	10,94	10,02	5,06	8,62	0,50	10,04
Nº de Cargos Pré-CD	2,24	1,88	0,52	1,08	0,38	1,95
Idade no Primeiro Cargo	32,22	31,68	37,45	32,85	35,84	32,33
Idade em 1º-fev. - 1979/83	49,17	47,15	48,59	50,04	38,34	48,14
% de Deputados "Calouros"	40,9	49,0	56,5	61,5	87,5	46,3

### 6.3.5 – Educação superior

Como vimos no Quadro 5.5, a oposição apresentou índices mais altos neste indicador do que a Arena e o PDS em 1979 e em 1983. Porém, esta diferença diminuiu em 1983 por causa da agregação dos três partidos pequenos. O índice do PMDB em 1983 continua quase igual ao do MDB em 1979 (88% com curso superior completo).

### 6.3.6 – *Idade*

A bancada do PTB é mais velha (50 anos em média), seguida pelo PDS (48 anos) e o PDT (48,6). O PMDB em 1983 tem uma bancada um ano mais velha em média do que a do MDB em 1979. Com uma média de 38,3 anos, a bancada do PT é dez anos mais jovem do que a cifra geral.

Os futuros deputados do PMDB ingressarão na política com menos idade (31,7 anos), em média dois anos mais jovens do que os emedebistas de 1979. Os deputados do PT ingressarão mais velhos na política (35,8 anos) por ser a bancada mais neófito, mas o PDT foi mais (37,5 anos em média), talvez por um “recrutamento lateral” em ambos os casos.

### 6.3.7 – *Ligações com ex-partidos*

O PDS em 1983 é dominado pela ex-UDN (65 adeptos) e em segundo plano pelo ex-PSD (52), e contingentes menores do ex-PTB (13), ex-PDC e ex-PR (11 cada). Estas afinidades dentro do PMDB são divididas igualmente pelo ex-PTB e ex-PSD (35 e 34), com a ex-UDN em segundo lugar (24), quase o dobro do que havia no ex-MDB em 1979. Em menor relevo no PMDB ficam os adeptos do ex-PDC (12), ex-PSP (5), ex-PSB (4) e ex-PCB (3). Como era esperado, as ligações com o antigo trabalhismo ainda são muito fortes no PDT e PTB, ainda que o PDT conte com três adeptos do ex-PSB (Quadro 5.8)<sup>41</sup>.

Comparando os atuais partidos, é interessante notar que os ex-partidos ainda têm um impacto maior sobre o PDS do que sobre o PMDB (70% *versus* 63%), embora esta diferença tenha sido maior em 1979 entre a ex-Arena (81%) e o ex-MDB (60%). Com a exceção do PDT (74%), os pequenos partidos têm menos ligações com os ex-partidos.

Para a Câmara inteira, a ex-UDN novamente inverteu o quadro com relação ao ex-PSD, com o maior número de adeptos (90 *versus* 88), pois, em 1979, a situação era inversa, como mostra o Quadro 5.6. As ex-legendas com maior crescimento entre 1979 e 1983 foram o ex-PTB, ex-PST, ex-PSB e ex-UDN. As perdas ficaram com o ex-PSD e com o ex-PSP. A persistência destas afinidades com o sistema partidário do período 1945-1965 é indicativo das clivagens, às vezes insuperáveis, a nível estadual, que dificultam a unidade dos atuais partidos, especialmente o PDS.

Finalmente, no Quadro 5.8 as ligações dos atuais partidos com o bipartidarismo são analisadas. Estes dados, em primeiro lugar, destacam os deputados sem vínculos com a ex-Arena ou com o ex-MDB em 1979; ou seja, pessoas que não estavam engajadas em atividades partidárias, nesta época, por razões diversas. Por ter optado por um recrutamento lateral, metade dos petistas não tinha vínculos com o bipartidarismo. Este indicador foi um pouco menor para o PTB (38%) e o PDT (30%), mas bem inferior no caso dos dois partidos maiores, PMDB (10%) e PDS (11%). Por serem os “herdeiros” do bipartidarismo, estes dois últimos partidos tinham uma forte tendência de eleger (e reeleger) gente já engajada em atividades partidárias antes de 1980.

**QUADRO 5.8 – Afinidades com ex-Partidos (pré-1966 e 1966-1979), por Filiação Partidária Atual (1983)**

Ex-Partidos	PDS	PMDB	PDT	PTB	PT	Total
<b>PRÉ-1966</b>						
PTB	13	35	10	04	00	62
PSD	52	34	01	01	00	88
UDN	65	24	00	00	01	90
PSP	06	05	00	00	00	11
PDC	11	12	00	00	00	23
PTN	02	02	00	00	00	04
PST	02	02	00	01	00	05
PR	11	02	00	00	00	13
PL	00	00	00	01	00	01
PRP	03	02	00	00	00	05
PSB	01	04	03	00	00	08
PRT	00	01	00	00	00	01
PCB	00	03	00	00	00	03
Total Conhecido	166	126	17	07	01	314
Não-Apurado	69	74	09	06	07	165
<b>TOTAL</b>	<b>235</b>	<b>200</b>	<b>23</b>	<b>13</b>	<b>08</b>	<b>479</b>
<b>1966-1979</b>						
Arena	195	31	00	01	00	227
MDB	15	143	16	07	04	185
Total Conhecido	210	174	16	08	04	412
Não-Apurado	25	20	07	05	04	67
<b>TOTAL</b>	<b>235</b>	<b>200</b>	<b>23</b>	<b>13</b>	<b>08</b>	<b>479</b>

#### 6.4 – A safra de 1983

Esta última parte da análise sobre os eleitos em 1982 destaca os “novatos” ou “calouros” que chegam à Câmara dos Deputados pela primeira vez em suas carreiras políticas. Aqui não estão incluídos os ex-deputados que não exerceram mandatos na legislatura anterior (1979-1983), mas que em 1983 retornaram à Câmara pela segunda ou terceira vez.

Este enfoque nos fornece um “raio x” do recrutamento partidário da “safra de 1983”, em comparação com a “safra de 1979”, e dos perfis dos “novatos” nos cinco partidos atuais.

## 6.4.1 – 1979 versus 1983

Em razão de uma renovação maior em 1983, a Câmara conta com proporções maiores de “novatos” na atual legislatura. Em 1979, a ex-Arena contava com mais “novos” do que o ex-MDB, mas em 1983 o quadro inverteu-se com as oposições superando em muito o PDS, como se vê no Quadro 5.9.

**QUADRO 5.9 – Deputados “Calouros” em Primeiro Mandato: Ocupação Principal, Carreira Política e Indicadores do Recrutamento, Deputados da Arena e MDB em 1979 versus Governo e Oposição em 1983**

	1979			1983		
	Arena	MDB	Total	Go- verno	Opo- sição	Total
<b>OCUPAÇÃO PRINCIPAL</b>						
Agricultura	13,0	1,1	7,5	14,6	17,5	16,0
Comércio-Bancos-Finanças	9,0	8,0	8,6	15,6	18,3	17,1
Indústria-Transporte	8,0	6,9	7,5	7,3	3,2	5,0
Advogado-Juiz	9,0	28,7	18,2	9,4	11,1	10,4
Profissionais da Saúde	9,0	13,8	11,2	13,5	3,2	7,7
Professores	7,0	10,3	8,6	5,2	15,9	11,3
Imprensa	5,0	11,5	8,0	4,2	5,6	5,0
Outras Profissões	17,0	10,3	13,9	11,5	10,3	10,8
Funcionários Públicos	17,0	5,7	11,8	16,7	13,5	14,9
Militares	6,0	3,4	4,8	2,1	1,6	1,8
TOTAL %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (N)	(100)	(87)	(187)	(96)	(126)	(222)
<b>CARGOS ADMINISTRATIVOS</b>						
Federais	52,0	32,9	43,2	70,8	39,7	53,2
Estaduais	15,0	8,2	11,9	24,0	11,9	17,1
Municipais	46,0	18,8	33,5	60,4	25,4	40,5
<b>CARGOS ELETIVOS</b>						
Estaduais	58,0	54,1	56,2	59,4	60,3	59,9
Municipais	40,0	38,8	39,5	39,6	46,8	43,7
<b>% Nascidos no Estado Representado</b>						
% com Educação Universitária	88,0	81,6	85,0	74,0	73,0	73,4
% com Educação Univ. no Estado Representado	79,0	90,8	84,5	89,6	81,0	84,7
Carreira Pré-CD (Anos)	58,7	67,1	62,9	66,7	75,0	71,2
Nº de Cargos Pré-CD	11,55	9,14	10,45	13,45	11,41	12,29
Idade no Primeiro Cargo	2,29	1,55	1,95	2,68	1,81	2,18
Idade em 1º-fev. -1979/83	33,97	33,89	33,94	30,50	32,86	31,85
	45,53	42,82	44,27	43,82	44,84	44,40

Em 1983, encontramos muito mais agricultores e empresários (mais que o dobro) que em 1979, e menos novatos das áreas da saúde, advocacia, alguns professores, funcionários públicos e outras profissões. Este grande aumento nos setores agrícola e empresarial foi uma tendência muito maior nas oposições, bem como a redução dos advogados.

Os novos governistas têm muito mais experiência em cargos administrativos do que seus colegas da ex-Arena em 1979 (71% *versus* 52%). As oposições concentraram seu recrutamento, em 1983, entre ex-deputados estaduais mais do que o PDS, enquanto o declínio de ex-prefeitos e vereadores foi um pouco mais acentuado no PDS do que nas oposições.

Comparando os dados do Quadro 5.5 (para a Câmara inteira, veteranos e calouros), concluímos que a redução no localismo político em 1983 foi por causa dos "calouros" (73% *versus* 85% em 1979). Por outro lado, o localismo educacional aumentou em 1983.

Os dados sobre educação superior são muito interessantes. Enquanto a porcentagem de novatos com o curso superior completo permanece quase inalterada entre 1979 e 1983, há uma inversão completa para a divisão "governo-oposição". Em 1979, o nível educacional do MDB era maior (91% *versus* 79%), mas em 1983, o PDS superou as oposições neste indicador (90% *versus* 81%).

O mesmo fenômeno ocorre em relação às idades dos novatos, cuja média é quase igual (44 anos) em 1979 e 1983. Em 1979, os novos arenistas eram mais velhos que os novos emedebistas, mas em 1983 são mais jovens os novos pedessistas do que os novatos das oposições.

Em geral, para todos os partidos, as carreiras políticas dos novatos em 1983 foram mais longas do que as de 1979.

#### 6.4.2 – O recrutamento de calouros em 1983

Enquanto o PDS concentrou seu recrutamento entre funcionários públicos, empresários, agricultores e profissionais da saúde, o PMDB recrutou seus novatos nos setores agrícola, empresarial, serviço público e ensino (Quadro 5.10). A bancada de novos do PDT tem mais advogados, professores, funcionários e até agricultores, enquanto empresários e profissionais são mais frequentes no PTB. O PT concentrou seu recrutamento de novatos entre professores e profissionais.

O PDS concentrou um maciço recrutamento de novatos entre políticos em cargos administrativos, aparentemente como uma estratégia de reforçar sua legenda em 1982 – um ano eleitoral muito difícil para o partido governista. Em comparação com o PMDB, estes novatos governistas eram mais jovens, com menos vínculos políticos locais e vieram de carreiras mais longas.

O PMDB, por sua vez, recrutou proporcionalmente mais calouros com experiência em cargos eletivos, especialmente o de deputado estadual. Seu localismo político é mais alto que todos os outros partidos.

Os três partidos pequenos concentraram seu recrutamento quase exclusivamente entre novatos egressos de cargos eletivos, e o PDT mais a nível municipal. O

**QUADRO 5.10 – Deputados “Calouros” em Primeiro Mandato: Ocupação Principal, Carreira Política e Indicadores do Recrutamento por Partido Político, 1983**

	PDS	PMDB	PDT	PTB	PT	Total
<b>OCUPAÇÃO PRINCIPAL</b>						
Agricultura	14,6	19,4	15,4	12,5	0,0	16,2
Comércio-Bancos-Finanças	15,6	18,4	15,4	25,0	14,3	17,1
Indústria-Transporte	7,3	2,0	7,7	0,0	14,3	5,0
Advogado-Juiz	9,4	12,2	15,4	0,0	0,0	10,4
Profissionais de Saúde	13,5	3,1	7,7	0,0	0,0	7,7
Professores	5,2	14,3	15,4	12,5	42,9	11,3
Imprensa	4,2	5,1	7,7	12,5	0,0	5,0
Outras Profissões	11,5	9,2	0,0	25,0	28,6	10,8
Funcionários Públicos	16,7	16,3	0,0	12,5	0,0	14,9
Militares	2,1	0,0	0,0	0,0	0,0	1,8
TOTAL %	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
TOTAL (N)	(96)	(98)	(13)	(8)	(7)	(222)
<b>CARGOS ADMINISTRATIVOS</b>						
Federais	24,0	13,3	7,7	12,5	0,0	17,1
Estaduais	60,4	32,7	0,0	0,0	0,0	40,5
Municipais	13,5	13,3	0,0	12,5	0,0	12,2
<b>CARGOS ELETIVOS</b>						
Estaduais	39,6	52,0	15,4	37,5	42,9	43,7
Municipais	31,3	40,8	30,8	37,5	0,0	34,7
% Nascidos no Estado Representado	74,0	80,6	38,5	62,5	42,9	73,4
% com Educação Universitária	89,6	84,7	69,2	62,5	71,4	84,7
% com Educação Univ. no Estado Representado	66,7	72,8	77,8	80,0	100,0	71,2
Carreira Pré-CD (Anos)	13,45	12,85	6,12	11,90	0,57	12,29
Nº de Cargos Pré-CD	2,68	2,12	0,62	1,13	0,43	2,18
Idade no Primeiro Cargo	30,50	31,72	38,02	35,12	36,75	31,85
Idade em 1º-fev.-1979/83	43,82	45,21	44,15	47,02	38,47	44,40

PT teve menos localismo político, mas 100% de localismo educacional e o mais alto índice de escolaridade. Os novatos do PTB são os mais velhos entre os cinco partidos e têm as carreiras mais longas entre os três pequenos.

## 6.4.3 – Os ex-partidos

Como foi a persistência das clivagens em termos dos ex-partidos entre os calouros da safra de 1983? O Quadro 5.11 discrimina estes dados para os cinco partidos.

**QUADRO 5.11 – Deputados “Calouros” em Primeiro Mandato: Afinidades com ex-Partidos (pré-1966 e 1966-1979), por Filiação Partidária Atual (1983)**

Ex-Partidos	PDS	PMDB	PDT	PTB	PT	Total
<b>PRÉ-1966</b>						
PTB	04	18	04	01	06	27
PSD	15	12	00	00	00	27
UDN	21	08	00	00	01	30
PSP	00	02	00	00	00	02
PDC	05	06	00	00	00	11
PTN	00	01	00	00	00	01
PST	00	01	00	01	00	02
PR	04	01	00	00	00	05
PL	00	00	00	00	00	00
PRP	00	01	00	00	00	01
PSB	01	01	01	00	00	03
PRT	00	00	00	00	00	00
PCB	00	02	00	00	00	02
Total Conhecido	50	53	05	02	01	111
Não-Apurado	46	45	08	06	06	111
<b>TOTAL</b>	<b>96</b>	<b>98</b>	<b>13</b>	<b>08</b>	<b>07</b>	<b>222</b>
<b>1966-1979</b>						
Arena	68	17	00	01	00	86
MDB	03	61	07	02	03	76
Total Conhecido	71	78	07	03	03	162
Não-Apurado	25	20	06	05	04	60
<b>TOTAL</b>	<b>96</b>	<b>98</b>	<b>13</b>	<b>08</b>	<b>07</b>	<b>222</b>

Metade dos 222 calouros tinha alguma afinidade com o antigo pluripartidarismo, 75% destas afinidades estão divididas em partes iguais entre os três partidos maiores daquela época (UDN, PSD e PTB). Os novatos do PDS são basicamente da ex-UDN

e ex-PSD, com alguns do ex-PDC, ex-PR e ex-PTB; enquanto o PMDB tem mais ligações com o ex-PTB e ex-PSD, e em menor escala com a ex-UDN e ex-PDC.

É interessante notar que, apesar de existirem duas legendas “trabalhistas” e uma “dos trabalhadores” em 1982, 18 dos 27 novatos com ligações com o ex-PTB optaram pela legenda do PMDB como a grande “frente das oposições”.

O ex-PDC e o ex-PTB demonstraram maior vigor em 1983 em termos de fornecer novos deputados à Câmara Federal, mais ou menos metade dos seus adeptos são novatos. Esta cifra para a ex-UDN e o ex-PSD cai para um terço.

O PDS e o PMDB têm mais ou menos as mesmas proporções de novatos sem nenhum vínculo com o antigo pluripartidarismo.

Por ser um período mais recente, 73% dos novatos tinham ligações com o sistema bipartidário, 53% destes da ex-Arena.

Na Câmara dos Deputados, o PDS conta com 15 deputados egressos do ex-MDB, mas apenas três são novatos. Por outro lado, o PMDB tem 31 deputados da ex-Arena, dos quais 17 são novatos. Mais uma vez notamos os efeitos do ex-PP sobre a composição da bancada do PMDB em 1983.

As estimativas dão conta de que o ex-Partido Popular tem entre 60 e 70 ex-adeptos na Câmara dos Deputados, ou seja, uma “bancada” mais ou menos igual à que tinha em dezembro de 1981 logo antes da sua reincorporação ao PMDB.

## **7 – Perspectivas do novo pluripartidarismo**

Durante 1980 e 1981, o sistema partidário brasileiro manteve um “pluralismo moderado”, mas com o PDS ainda dominante. A morte súbita do ministro Petrônio Portela, em janeiro de 1980, reduziu os quadros do Partido Popular e as suas chances de se tornar um forte partido de centro, pois assim o sistema teria evoluído com três partidos fortes com bancadas relativamente iguais.

A reincorporação do PP ao PMDB e o desempenho deste maior partido em 1982 efetivamente reconstituíram um bipartidarismo altamente competitivo, tendo em vista as suas votações populares e bancadas na Câmara Federal. A situação em 1983/84 era muito similar à “camisa-de-força” que tanto afligia o governo em 1978/79, pondo em marcha a estratégia do general Golbery de “dividir para conquistar” baseada num realinhamento partidário, resultando no pluralismo moderado. A partir de 1985, este cenário poderia se repetir com a criação de um Partido Liberal pelos dissidentes do PDS, com o desaparecimento do PTB e com a organização de um novo partido socializante, deixando o PMDB sob o controle dos “moderados” liderados pelo governador Tancredo Neves.

Os quatro anos entre 1979 e 1983 transformaram o ex-MDB num abrangente “arco-íris” mais moderado governando nove Estados e tentando acomodar diversas alas ideológicas – o PMDB. Em 1984, o PDS mostra clivagens profundas, mais sérias do que em 1979/80. Na transição Arena-PDS os dissidentes partiram para o PP junto com os “moderados” egressos do MDB, e a sua dissidência, em grande parte, era em função de incompatibilidades a nível estadual. Em 1984, por outro lado, os dissidentes

(em maior número) partem de uma cisão, a nível federal, causada pela sucessão presidencial, e contam com quatro ou cinco governadores para engrossar as fileiras do seu novo partido.

Os perfis dos eleitos em 1982 sugerem uma Câmara Federal mais conservadora, tendência esta apoiada nos dados atitudinais colhidos pela revista *Veja* na sua pesquisa de dezembro de 1982<sup>42</sup>. O governo, por sua parte, não soube “trabalhar” estas nuances a tempo para conduzir o processo político e a sucessão presidencial em seu benefício a partir do início de 1983.

## NOTAS

- 1 – GÓES, Walder de. *O Brasil do general Geisel: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar-burocrático*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978; LAMOUNIER, Bolívar & FÁRIA, José E., orgs. *O futuro da abertura: um debate*. São Paulo, Cortez/Idesp, 1981.
- 2 – SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982, p. 258-260.
- 3 – FLEISCHER, David. O trampolim político: mudanças nos padrões de recrutamento político em Minas Gerais. *Revista de Administração Pública*, 7(1):99-116, 1973.
- 4 – ————. A evolução do bipartidarismo brasileiro; 1966-1979. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, 51:155-185, 1980.
- 5 – A partir de março de 1975, este número foi reduzido para cinco Estados, com a fusão dos ex-Estados da Guanabara e Rio de Janeiro. Para uma análise das eleições de 1974, ver: CARDO-SO, Fernando H. & LAMOUNIER, Bolívar, orgs. *Os partidos e as eleições no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975; NERY, Sebastião. *As 16 derrotas que abalaram o Brasil*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975.
- 6 – DUARTE, Celina R. A Lei Falcão: antecedentes e impacto. In: LAMOUNIER, Bolívar, orgs. *Voto de desconfiança*. Petrópolis, Vozes, 1980, p. 173-216.
- 7 – Para uma análise do pleito de 1976, ver: REIS, Fábio W., org., *Os partidos e o regime*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- 8 – Para uma comparação entre os efeitos do “Pacote de Abril” e da legislação anterior sobre o pleito de 1978, ver: FLEISCHER, David. Renovação política, Brasil 1978: eleições parlamentares sob a égide do “Pacote de Abril”. *Revista de Ciência Política*, 23(2):57-82, 1980. Para uma avaliação contrastante deste fenômeno: KUCINSKI, Bernardo. *Abertura: a história de uma crise*. São Paulo, Brasil Debates, 1982, p. 59-66.
- 9 – Para uma discussão maior da renovação política em 1979, ver: FLEISCHER, David. Os eleitos à Câmara Federal – 1978: renovação ou imobilismo? In: *As eleições nacionais de 1978*, Brasília, Fundação Milton Campos, 1979, V. 1, p. 59-72.
- 10 – GÓES, *op. cit.*; STUMPF, André C. *A segunda guerra: sucessão de Geisel*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- 11 – ALMEIDA, Maria Hermínia T. de. Novas tendências do movimento sindical. In: Trindade, org. *Brasil em perspectiva: dilemas da abertura política*. Porto Alegre, Sulina, 1982, p. 81-104.
- 12 – BAHIA, Luiz H.; LIMA JÚNIOR, Otavo Brasil de & GUIMARÃES, César. O perfil social e político da nona legislatura. *Jornal do Brasil*, 22-24 abril de 1979.
- 13 – KINZO, Maria D’Alva G. Novos partidos: o início do debate. In: Lamounier, org. *Voto de desconfiança*, p. 217-259.

- 14 – Nos meados de 1981, o então governador Antônio Carlos Magalhães acusou o ministro Petrônio Portela de ter favorecido a criação do PP como um partido governista "auxiliar", para deixar o PDS perder sua posição majoritária na Câmara dos Deputados, justamente para melhorar suas chances na sucessão presidencial em 1984. *Jornal do Brasil*, 10 julho de 1981.
- 15 – Almeida, *op. cit.*
- 16 – Trindade, *op. cit.*, p. 31-60.
- 17 – BRUNEAU, Thomas. *The Church in Brazil: The Politics of Religion*. Austin, University of Texas Press, 1981.
- 18 – A comparação do episódio Riocentro de 1981 com o caso Herzog/Fiel Filho de 1975/76 era um pouco desleal, pois neste último caso Geisel extraiu um compromisso do Alto Comando após a morte de Herzog de que, num caso de "reincidência", viria uma repressão forte. Quando houve a morte de Fiel Filho, o Exército apoiou a reação enérgica do governo. Pelo menos após o Riocentro os atentados cessaram, fato esse que veio confirmar ainda mais as suspeitas anteriores quanto aos autores destes crimes.
- 19 – Inicialmente se cogitava uma "solução Reagan", com o presidente Figueiredo governando do hospital, mas esta opção não foi aceita pela equipe médica. Se o vice-presidente civil não tivesse assumido o poder, dificilmente o presidente Figueiredo teria recuperado seu cargo (após a convalescência) das mãos de um "substituto" militar. Por isto, a posse do vice foi a única alternativa viável para o grupo palaciano; assim, prevaleceu a tese do ministro Leitão de Abreu.
- 20 – Para uma descrição das mudanças feitas pelo "Pacote de Maio", ver: *Jornal do Brasil*, 24 junho de 1982, p. 4.
- 21 – DINIZ, Eli. *Voto e máquina política: patronagem e clientelismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- 22 – MONIZ BANDEIRA. *Brizola e o trabalhismo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979; e Kinzo, *op. cit.*, p. 236-237. A concepção "fisiológica" de Ivette Vargas era mais abrangente, e incluiria até elementos da ex-Arena, como Rafael Baldacci e Jarbas Passarinho, e o setor "adesista" do ex-MDB, como Chagas Freitas. Por outro lado, a idéia do grupo brizolista era de um PTB mais autêntico na linha histórica de Alberto Pasqualini, mas pragmaticamente atualizado com uma ideologia similar à social-democracia europeia, junto à qual Leonel Brizola é o representante brasileiro.
- 23 – Havia quem enxergasse a mão não tão invisível do ministro Golbery neste episódio, sendo antigo amigo da família de Ivette, e dada a preocupação do governo com a possibilidade do grupo brizolista poder mobilizar um novo trabalhismo independente e não-fisiológico com a sigla do PTB.
- 24 – Para uma análise do perfil de recrutamento do antigo PTB, ver: FLEISCHER, David. O Pluripartidarismo no Brasil; dimensões socioeconômicas e regionais do recrutamento legislativo, 1946-1967. *Revista de Ciência Política*, 24(1):49-75, 1981.
- 25 – SILVA, Luiz Inácio da. Interview. *Latin-American Perspectives*, 6(4):90-100, 1979. MOISÉS, José Álvaro. Current issues in the labor movement in Brazil. *Latin-American Perspectives*, 6(4):51-70, 1979; MOISÉS, José Álvaro. PT: uma novidade histórica? *Cuadernos de marcha*. México, set./out. 1980, p. 11-19; PEDROSA, Mário. *Sobre o PT – Partido dos Trabalhadores*. Rio de Janeiro, Ched, 1980; HOHLFELDT, Antônio. Olívio Dutra: um líder sindical. *Encontros com a Civilização Brasileira*, 22:11-36, abril 1980.
- 26 – Ainda em 1977, esboçou-se a idéia da organização de um Partido Popular Democrático Socialista (PPDS) entre intelectuais liderados pelos ex-deputados Almino Afonso e Plínio Sampaio e alguns dirigentes sindicais, mas com o surgimento da "Tendência Popular" no MDB e no próprio PT esta iniciativa não teve êxito. Moisés (1980), *op. cit.*, p. 14.

- 27 – ERICKSON, Kenneth P. *Sindicalismo no processo político brasileiro*. São Paulo, Brasiliense, 1979.
- 28 – Nesta viagem, que incluiu escalas em Nova Iorque e Washington, Lula e a comitiva do PT tiveram encontros com os líderes socialistas Felipe Gonzalez (Espanha), Mário Soares (Portugal), François Mitterand (França), Willy Brandt (Alemanha) e o líder da “Solidariedade” polonesa, Lech Walesa.
- 29 – Na verdade, Teotônio Vilela mudou de legenda (Arena para MDB) em abril de 1979, portanto antes do realinhamento em 1980.
- 30 – Este “milagre paulista” foi obra do governador Paulo S. Maluf, que converteu a minoria de 26 deputados da Arena na Assembleia Legislativa em 1979 numa bancada majoritária (absoluta) de 41 do novo PDS em 1980.
- 31 – A comparação destes quadros não é exatamente congruente, sendo que ao longo deste período de 1979 (Quadro 5.1) a 1981 (Quadros 5.3 e 5.4) houve 31 substituições na Câmara e seis no Senado. Assim, a composição geral das duas casas e suas respectivas bancadas partidárias haviam mudado um pouco.
- 32 – *Diário da Justiça*, 28 novembro de 1983, p. 18682-18684.
- 33 – LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Continuity and change: parties and elections in contemporary Brazil* (trabalho apresentado na conferência *Opportunities and constraints in peripheral industrial society: The case of Brazil*, Berkeley, Califórnia, 30 de janeiro a 2 de fevereiro de 1984) & BRITTO, Luiz Navarro de. *As Eleições de 1982 e as suas conseqüências* (Capítulo 10 deste livro).
- 34 – Com a morte do senador Nilo Coelho (PDS-PE) no final de 1983, esta maioria foi reduzida para 45.
- 35 – FLEISCHER, David. Quem pesa mais politicamente. *Jornal do Brasil*, Caderno Especial, 25 março de 1984, p. 3.
- 36 – SOARES, Gláucio. O Maluf não compensa. *Folha de S. Paulo*, 17 junho de 1984, p. 3; e FLEISCHER, David. Memória do eleitor não assusta. *Correio Braziliense*, 17 junho de 1984, p. 4.
- 37 – Apenas três foram reeleitos (Bahia, Maranhão e Rio de Janeiro). Em anos quando duas vagas são disputadas (1978 ou 1986, por exemplo), a renovação do Senado Federal tende a ser maior.
- 38 – Para uma análise mais ampla sobre a renovação na Câmara dos Deputados em 1979, ver Fleischer, “Renovação Política, Brasil 1978”, *op. cit.*
- 39 – FLEISCHER, David. Sangue novo no Congresso. *Correio Braziliense*, 1º março de 1983, p. 8.
- 40 – Um novo poder na praça, *Veja*, 5 janeiro de 1983, p. 14-21.
- 41 – Além das “afinidades” apuradas nos levantamentos sobre legislaturas anteriores foram utilizados dados sobre “filiação com ex-partidos” apurados na pesquisa da *Veja*, dados gentilmente cedidos ao autor pelos jornalistas Antônio Carlos Scartezzini e Getúlio Bittencourt.
- 42 – *Veja*, 5 janeiro de 1983, p. 14-21 (ver especificamente as observações do experiente político pernambucano, deputado Tales Ramalho).



desabar? Será que a profecia do Gen. Golbery do Couto e Silva vingar-se – de que a melhor maneira de acabar com o PMDB seria assumir o(s) governo(s) por alguns anos?

A organização deste volume difere um pouco de outras coletâneas do gênero, por se tratar de uma visão mais geral do processo político-eleitoral de 1982, ao invés de estudos estanques de Estados ou partidos específicos. Os onze autores deste volume reúnem uma experiência longa e diversa de militâncias política, eleitoral e de assessoria política que em muito enriquece as suas análises.

Todos os que participaram da organização deste volume ficaram profundamente comovidos com o falecimento precoce do colega Luiz Navarro de Britto, e dedicam esta obra à sua memória.

David Verge Fleischer

Quais foram as conseqüências mais importantes das eleições de 1982 no Brasil? As primeiras eleições diretas para governadores desde 1965, onde a oposição aos governos militares elegeu dez governadores no Centro-Sul, foram na verdade um ato intermediário no drama da transição “lenta, gradual e segura” preconizada pelo Gen. Golbery e o Sen. Petrônio Portela, entre a “vitória moral” do MDB em 1974 e a nova e curta hegemonia do PMDB alcançada em 1985/86. Os onze autores deste volume tentam decifrar o enigma desta eleição – um pano quente para segurar a barra para o governo Figueiredo, o começo da “penetração” do PMDB pela direita que depois vem a ser o “Centro” em 1987-88, ou uma etapa importante na verdadeira democratização do país?